



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- De harmonia com o preceituado no artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com a convocatória feita a cada um dos membros, realizou-se no dia vinte e nove de Novembro do ano dois mil e dezassete, no auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, sito na Rua Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos, a segunda sessão desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- **Ponto um** – Actas n.ºs 29 e 1, de 14 de Setembro e 16 de Outubro de 2017 – Para deliberação. -----

---- **Ponto dois** – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento. -----

---- **Ponto três** – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 31/08/2017 e 14/11/2017, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 21/12/2016 – Para conhecimento. -----

---- **Ponto quatro** – Prestação de Contas a 30 de Junho de 2017 e informação prestada pelo ROC – Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Salvaterra de Magos, relativa ao 1.º Semestre de 2017 – Para conhecimento. -----

---- **Ponto cinco** – Participação variável no IRS - Rendimentos de 2018, receita municipal de 2019 – Para deliberação. -----

---- **Ponto seis** – Lançamento da derrama para o exercício de 2017, receita municipal de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto sete** – Taxas de IMI para o ano de 2017, receita municipal de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto oito** – Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes) para o ano de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto nove** - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 para 2018 – Para deliberação. -----

---- **Ponto dez** - Renovação dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias – Para deliberação. -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

- **Ponto onze** - Seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais – Para deliberação. -----
- **Ponto doze** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de recinto de diversão provisória e licença especial de ruído, para a realização de um Baile – Comissão de Festas em Honra de São Miguel Arcanjo 2018 de Marinheiros – Para deliberação. -----
- **Ponto treze** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de Exploração do Bar do Ringue – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação. -----
- **Ponto catorze** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de ensaio do rancho – Rancho Folclórico As Janeiras de Glória do Ribatejo – Para deliberação -----
- **Ponto quinze** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de recinto de diversão provisória, para a realização de festa de Aniversário da Associação – Associação Academia de Artes, Cultura e Formação “O Batuque” – Para deliberação -----
- **Ponto dezasseis** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de licença de recinto de diversão provisória, para a realização do V Festival das Sopas – Associação Marchas Populares “Coração do Ribatejo” - Para deliberação. -----
- **Ponto dezassete** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de recinto de diversão provisória, para a realização de Baile – Associação Febre Amarela – Para deliberação. -----
- **Ponto dezoito** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de “Passeio de Bicicletas Antigas” – Associação de Cicloturismo do Granho “Os Ciclopampas” – Para deliberação -----
- **Ponto dezanove** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de um Passeio Todo o Terreno pelo Concelho de Salvaterra de Magos – Associação dos Amigos das Festas dos Foros de Salvaterra 2018 – Para deliberação. -----
- **Ponto vinte** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de ocupação da via pública, para a realização de uma Prova Desportiva – Agrupamento de Escolas de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

- Marinhais – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e um** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de ocupação da via pública, para realização de Mostra de Artesanato e Produtos Regionais – Associação Ternura Popular – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e dois** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de uma “Caminhada com as Estrelas” – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e três** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a “Comemoração do Dia de S. Martinho” – Rancho Folclórico As Janeiras de Glória do Ribatejo – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e quatro** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de Baile de São Martinho – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e cinco** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de licença de recinto de diversão provisória, para a realização de uma “Festa mixedparty” – Associação de Estudantes da Escola E.B. de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e seis** - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de recinto de diversão provisória, para a realização de “Festa de Angariação de Fundos para os Bombeiros Voluntários” – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e sete** - Isenção de pagamento de taxas inerentes á emissão de licença especial de ruído, para a realização de “Baile do Magusto” – Comissão de Festas em Honra de São Miguel Arcanjo 2018 – Para deliberação -----
- **Ponto vinte e oito** - Estimativa de valor de isenção do pagamento de taxas até ao final do ano de 2017 e para o ano de 2018 - Para deliberação -----
- **Ponto vinte e nove** - Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços e do Mapa de Pessoal do Município de Salvaterra de Magos – Para deliberação. -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- **Ponto trinta** - Designação do Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Para deliberação. -----

---- **Ponto trinta e um** - Regimento da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos – Mandato 2017-2021 - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e dois** - Eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e três** - Eleição do representante e suplente do Município de Salvaterra de Magos para o Conselho da Comunidade do ACES da Lezíria - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e quatro** - Eleição do representante e suplente das freguesias do Município na Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e cinco** - Eleição do representante e suplente das freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e seis** - Nomeação de cidadãos eleitores para representação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Salvaterra de Magos - Para deliberação -----

---- **Ponto trinta e sete** - XXIII Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar no dia 09/12/2017 em Portimão – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Substituto -----

---- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por aberta a sessão eram vinte e uma horas. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os senhores Deputados Municipais, que o senhor Deputado Manuel Joaquim Oliveira Faria Bolieiro, seria substituído por Edgar Manuel Cunha dos Santos. -----

---- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia procedeu, por chamada, à conferência das presenças e registo de faltas, fazendo-se constar a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---- Francisco Caneira Madelino -----

---- Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- Marta Lúcia dos Santos Casimiro Jorge -----
---- Telma Filipa Oliveira Simões -----
---- Emílio Manuel Coelho -----
---- Rui Manuel da Silva Moreira -----
---- João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva -----
---- Nuno Miguel Ferreira Monteiro -----
---- Francisco Monteiro Cristóvão -----
---- Daniela Filipa Pires Belas Casaca -----
---- Carlos Fatia Tezo -----
---- Dina Maria de Oliveira Monteiro -----
---- Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes -----
---- Mário Rui Policarpo Santana da Silva Lobo -----
---- Carlos Manuel da Silva -----
---- Cláudia Maria Gerardo Pinto Mesquita -----
---- Jorge Manuel Costa Santos da Silva -----
---- António Mendes Vieira -----
---- António de Oliveira -----
---- Flávia Margarida Oliveira Santos -----
---- Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório -----
---- Edgar Manuel Cunha dos Santos -----
---- João Batista de Oliveira -----
---- Rui Manuel Duarte da Silva -----
---- Joaquim António Correia Cardoso -----

---- Além da presença dos senhores Deputados Municipais estiveram, ainda, presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio e os senhores Vereadores Helena Maria Pereira das Neves, Ana Cristina Ribeiro, Noel Gomes Pereira Caneira, Paulo Jorge Pires Cação, Luís Artur Ribeiro Gomes e Ana Patrícia Coelho Batista. -----



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- Interveio o senhor Deputado Jorge Silva cumprimentando todos os presentes e lendo a seguinte moção: **“Pelo Fim da Violência contra as Mulheres”** – Comemorou-se no passado dia 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, data instituída pela ONU desde 1999 para mobilizar a sociedade em todo o mundo contra esse flagelo. A data foi escolhida para homenagear as três Mirabal, ativista na luta contra o ditador Trujillo da República Dominicana, mortas nesse dia no ano de 1960. – Em Portugal, desde 2004 e até final de 2016, isto é, nos últimos 13 anos de recolhas de dados sobre mortes de mulheres em contexto de conjugalidade ou de relações familiares privilegiadas, o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), um projecto que a UMAR iniciou em 2004, contabilizou 454 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares e 534 tentativas de homicídio. – O relatório da APAV relativo a 2016 dá-nos conta de que em 82% dos casos de violência doméstica as vítimas foram mulheres com mais de 18 anos (5226 casos) o que dá uma média de 100 casos por semana, 14 casos por dia. – A nível internacional os números dizem que em 3 mulheres uma já foi ou será vítima de algum tipo de violência. São conhecidas experiências que mostram como as pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador. Temos que “meter a colher”, ser definitivamente intolerantes para com a violência. Mesmo que não nos afecte, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente. – A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade desigual em que vivemos. Quando lemos as notícias, é recorrente surgir o ciúme, as atitudes possessivas, o controlo, a incapacidade de lidar com o sentimento de perda como atitudes subjacentes aos assassinatos ou tentativas de assassinatos de mulheres. Tais atitudes demonstram afinal que para a igualdade e não discriminação das mulheres um longo caminho há ainda a percorrer. – Já temos leis e planos contra a violência de género. Mas não podemos tolerar o massacre que é a vida, as vidas de milhares e milhares de mulheres. A lei não basta; por isso, os membros da sociedade têm que intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, as campanhas, todos os meios que eduquem para o



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

respeito, a não discriminação têm de ser constantes e eficazes. A justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores. – A violência mata! Não podemos tolerar. – No passado dia 25 de novembro, voltamos a ser confrontados com números da violência. Qualquer que seja esse número bastava uma mulher assassinada para a sociedade se levantar e dizer: BASTA! Nesse dia, mulheres e homens em todo o mundo estarão na rua a denunciar e a lutar contra tais crimes. Também em Portugal estaremos na rua a levantar as nossas vozes contra a violência de género e a dizer Nem mais Uma! – Assim, a Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, reunida a 29 de Novembro de 2017, em sessão ordinária, decide: - 1. Apelar aos cidadãos e às cidadãs para que se mobilizem contra este crime. – 2. Congratular todos movimentos cívicos pelas iniciativas que se assinalaram o dia 25 de Novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. – 3. Desenhar campanhas de sensibilização e informação da população para esta problemática, no âmbito das parcerias da Rede Social do nosso concelho.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “A minha proposta é que na parte final do período antes da ordem do dia, ponhamos as moções à votação. As moções, e eu agora não tenho aqui o regimento, acho que deveriam ser entregues antes, mas de qualquer forma, se não houver oposição dos grupos a moção está aqui para consulta e no final votarmos, certo?” -----

---- Seguidamente o senhor Deputado Jorge Silva leu a seguinte moção: “**Em defesa de um rio Tejo vivo** – Em dezembro de 2015, o actual governo, através do Ministério do Ambiente, identificou os efluentes da empresa Celtejo, em Vila Velha de Ródão, como um preocupante foco de poluição do rio Tejo. – No final de 2016, os sucessivos alertas, a confirmação pública das suspeitas sobre as fontes poluidoras e a persistência de fortes descargas colocaram definitivamente o problema na agenda política. Já então, eram demasiado evidentes as consequências trágicas para o ambiente dos derrames poluidores, a partir do emissário da Celtejo, colocado no meio do rio, em frente a Vila Velha de Ródão. – A jusante quase havia desaparecido a fauna piscícola e os lagostins, fonte de rendimento dos poucos pescadores que ainda resistem, já só apareciam a montante, para os lados de Espanha. – O problema era reconhecido pelo Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do Rio Tejo,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

*sendo a sua resolução incluída entre as medidas prioritárias, no Plano Gestão da Região Hidrográfica do Oeste e Tejo. – A 19 de Janeiro de 2017, em Abrantes, é apresentado o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental. O Ministro do Ambiente afirma que a impunidade tinha acabado. – Mas pese embora saber-se quem é a empresa poluidora e a proclamação do Sr. Ministro do Ambiente de que a impunidade tinha acabado, a Celtejo continuou a fazer descargas poluidoras no rio Tejo hipotecando, a jusante os investimentos amigos do ambiente. – Depois de já, por diversas, vezes terem ocorrido diversas mortandades, no mês Outubro do corrente ano assistiu-se a uma dantesca mortandade de espécies piscícolas na Barragem do Fratel. Centenas de milhares de peixes vieram à superfície para respirar tal a carência de oxigénio dissolvido na água. – Numa altura de seca extrema a água do rio Tejo, poderá servir para uso humano e o seu estado impede essa utilização. Não temos dúvidas algumas que, neste momento, está em causa o Estado como agente protector do ambiente e das populações. – **Faço ao exposto a Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos reunida em sessão ordinária, no dia 29 de novembro de 2017, solicita que sejam tomadas medidas urgentes para que a empresa Celtejo cumpra os limites de descarga em meio hídrico respeitando os valores anteriores à nova licença de descarga emitida em 2016 e que triplicou os valores num claro atentado ambiental.** – Moção a ser aprovada enviar para, Exmo Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Primeiro Ministro, Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Presidente da APA, Presidente da CCDR Centro, Presidente da CCDR Alentejo, Uniões de Freguesias e Freguesias do Concelho de Salvaterra de Magos e comunicação social.” -----*

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Estamos na primeira sessão propriamente dita depois das eleições e cabe-me a mim talvez, fazer por vontade própria e independente uma leitura daquilo que se passou, e é bom que se tenha presente o seguinte, que não se é eleito pelo facto de ter uma ou duas ou mais licenciaturas, portanto não se é eleito por causa disso, e também não se é eleito porque os partidos tem mais ou menos pessoas a votar, mas é se eleito pela qualidade das pessoas. Quando soube dos resultados vim aqui com a honestidade política que me é peculiar apresentar os cumprimentos às individualidades que efectivamente saíram vencedoras,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

cumprimentei o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, os Vereadores que eu já sabia que tinham sido eleitos, só não dei os parabéns ao senhor Cardoso, porque na altura ainda não se sabia, e por fim resta-me dar os parabéns ao eleitorado do Concelho de Salvaterra de Magos, porque efectivamente foram eles os grandes ganhadores, porque souberam pensar, raciocinar e votar, não em função do Partido a que pertenciam mas em função das opções que lhe eram propostas, e não se revendo em alguns dos candidatos que os partidos lhe propunham resolveram votar o seu voto útil, porque quiseram dizer não à prepotência, à perseguição, às prisões com polpa e circunstância, às perguntas na Assembleia Municipal sem resposta, e muito mais coisas, portanto é para eles, para os votantes que na altura certa souberam votar utilmente os meus parabéns.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Espero que, esta Assembleia nestes 4 anos decorra da melhor forma possível, com urbanidade, com coerência e sobretudo respeitando as opiniões divergentes que possam aqui surgir. Inicio esta minha intervenção, com três questões dirigidas ao senhor Presidente da Câmara, começando por lhe fazer uma pergunta muita directa. Para quando os balneários do Campo dos Carvalhos, na altura da campanha eleitoral muitas vezes estes balneários foram mencionados, foi feita promessa política de que os mesmos seriam remodelados, visto que estão nas condições que todos sabemos, e que não estão aptos para os nossos atletas e atletas visitantes, pelo que pergunto muito claramente, para quando esta remodelação nos balneários do Campo dos Carvalhos. Segunda questão, que acho que assola todo o país, e portanto deve ser um problema que deve ser encarado também pela Câmara de Salvaterra, que tem a ver com a seca. Quais as medidas que tem sido implementadas, que pretendem implementar para reduzir o uso abusivo da água, visto que estamos num país em algumas zonas com seca extrema e também sabemos em antemão que, do país vizinho já se fala em fechar barragens, e portanto atingindo o nosso Rio Tejo, com todas as consequências que isto trará para o nosso Concelho. Não queremos chegar ao ponto limite que já existe em Viseu, de andarem cisternas a levar para lá água, portanto quais são as medidas que estão já implementadas ou que estão em fase de implementação por parte da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, atendendo a este problema que nos afecta a todos. Terceira questão,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

que também parece-me muito pertinente, atendendo às tragédias que aconteceram neste país, que tem a ver com os incêndios que ocorreram, e como eu costumo dizer, e como o povo diz há muitos bons anos, não é depois de casa assaltada que se deve fazer as trancas. Deve-se prevenir a situação, ou seja, qual o programa que está a ser também implementado, que organização para a nossa floresta, nomeadamente a zona ali da Glória, a charneca gloriana, que medidas de limpeza é que estão a ser implementadas, que organização é que tem sido feita pela Câmara para evitar uma situação de tragédia, que espero que não aconteça no nosso Concelho.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro cumprimentando todos os presentes e lendo a seguinte moção: “**Transmissão e disponibilização de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal** – Numa época em que muito se fala do afastamento entre os eleitores e os eleitos, os eleitos desta casa devem ter a coragem de levar o seu trabalho até aos seus eleitores. Propomos que se facilite o acesso aos meios de decisão, independentemente do cidadão estar disponível para assistir presencialmente a estas assembleias municipais. – E se estas assembleias municipais são públicas, devem ser tornadas realmente públicas, sem medos nem preconceitos. – As assembleias municipais deviam recorrer às novas tecnologias para assim transmitir em direto todo o debate político desta casa levando o mesmo aos nossos cidadãos, independentemente do local onde se encontrem. – Hoje em dia, consegue-se com um telemóvel e ligação à internet fazer transmissões em direto para todo o mundo. É certo que, sem grandes gastos, se consegue tornar esta recomendação uma realidade. – O Bloco de Esquerda sugere, os formatos dessa transmissão, bem como propõe que os mesmos fiquem disponibilizados para consulta no website da C.M. ou em outro criado para o efeito. – **Assim, os eleitos do Bloco de Esquerda, reunida em assembleia municipal no dia 29 de Novembro de 2017:** - 1. Recomenda a transmissão das suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da Internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, utilizando para isso os meios técnicos do município; - 2. Recomenda que as assembleias municipais possam ser transmitidas em direto por uma Rádio local que manifeste interesse para a respetiva transmissão; - 3. Recomenda a disponibilização para consulta a qualquer cidadão do áudio e vídeo registados durante as suas sessões no website



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

do município ou em outro criado propositadamente para o efeito; - 4. Recomenda que o áudio da presente sessão deve ser disponibilizado online para consulta de qualquer cidadão.” -----

*---- Seguidamente leu a seguinte moção: “**Criação do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos** – Considerando que: - O Art. 2º da Constituição da República Portuguesa prevê, como desígnio do Estado de Direito Democrático, o aprofundamento da democracia participativa como forma de aproximar os cidadãos do sistema político-institucional; - A participação na gestão pública pode contribuir para uma maior eficácia da gestão dos recursos, uma maior transparência e capacidade de fiscalização, um enriquecimento do processo de decisão, o desenvolvimento da cidadania e educação para a gestão pública, um maior conhecimento da realidade dos cidadãos e um maior ajustamento do investimento às suas necessidades. – O Orçamento Participativo constitui uma nova forma de governação, assente na participação directa dos cidadãos na definição das prioridades de investimentos do orçamento público para um determinado território. Esta participação tem lugar através de amplos processos de consulta e/ou de co-decisão, tendo por base a reflexão e o debate sobre os problemas das pessoas e do território. – O Orçamento Participativo é colocado nas opções governativas nacionais, da Juventude, de municípios e freguesias. Uma realidade com sucesso reconhecido e um compromisso assumido pelo actual governo e governações locais, transversais às múltiplas forças partidárias, permitindo assim melhorar a qualidade da democracia através da aproximação dos cidadãos à política. – **A Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, reunida em Sessão Ordinária, no dia 29 de novembro de 2017, recomenda:** - 1. Aprovar o princípio da implementação do Orçamento Participativo no Concelho de Salvaterra de Magos; - 2. Criar uma Comissão composta por membros dos Partidos com assento no Executivo da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos com vista a conduzir o processo, através da elaboração de uma proposta de calendário e de um regulamento com as regras e as competências do Orçamento Participativo.” -----*

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Como é óbvio, esta primeira Assembleia é sempre um momento em que nós marcamos aquilo em que afirmamos ser as nossas convicções, e a nossa disposição para o mandato que agora se inicia, e é bom e saudável que o debate político se faça com toda a sua



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

plenitude e com toda a força que nós podemos desempenhar na defesa daquilo em que acreditamos, mas também é bom que ele à duas por três, acabe por se cingir áquilo que são as efectivas competências de um órgão como o da Assembleia Municipal. Em relação a esta última moção do Orçamento Participativo, a proposta é textualmente aquilo que foi apresentado na Câmara Municipal, sendo que não é responsabilidade da Assembleia Municipal, sugerir a criação de grupos de trabalho na Câmara Municipal, a do Orçamento até pode ser, sugeria ao Bloco de Esquerda que pudesse converter esta moção numa intervenção, sob pena de o Partido Socialista ter de votar contra ela, porque não é pela insistência que nos altera o argumento daquilo que é a firme convicção que temos para esta gestão em concreto deste Concelho, independentemente daquilo que é a realidade do país e de implementação de orçamentos participativos. Em relação a isso, parece-me confrangedor com toda a sinceridade, parece-me confrangedor que o Bloco de Esquerda queira, e não vou dizer que foi essa a intenção hoje, até pelo tom que a apresentação hoje teve, não estou a dizer que foi hoje, mas parece-me confrangedor que queira o Bloco de Esquerda confrontar o Partido Socialista com aquilo que é feito no governo, e em outras autarquias como se nunca tivesse tido oportunidade na sua história de implementar esse Orçamento Participativo no Município e o tenha feito, a realidade é que não o fez, e não o fez, porque entendia e já na altura, havia Orçamentos Participativos, já na altura se implementava isso e não o fez, porque entendeu que a realidade da gestão municipal no Concelho de Salvaterra não justificava tanto, é esse o entendimento, foi esse o entendimento, não é foi e peço desculpa vou-me repetir, foi esse o entendimento que o Partido Socialista teve durante o mandato de 2013-2017, é esse o entendimento que o Partido Socialista mantém no início deste mandato, a insistência em propostas que já foram chumbadas, apenas serve para gerar ruído, apenas serve para isso, só serve para gerar ruído e não sendo competência deste órgão as questões orçamentais, a não ser a sua aprovação ou reprovação do orçamento, eu sugeria para evitarmos esta situação de estarmos a chumbar estas moções, porque elas não tem a ver com a competência da Assembleia Municipal, que esta moção fosse convertida numa intervenção e isso como é óbvio, do ponto de vista da intervenção o Bloco de Esquerda diz o que quer e bem lhe apetece e bem, são assim as regras da democracia. Em relação à moção sobre a transmissão e por à disposição dos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

munícipes, quer o áudio quer o vídeo, eu solicitava ao Bloco de Esquerda que pudesse suspender a apresentação desta moção para a próxima reunião, no sentido de se poder avaliar as implicações jurídico legais dessa transmissão, porque eu tenho conhecimento de situações semelhantes que são feitas em outras autarquias, em que quando a transmissão directa é feita pelo órgão comunicação social não há implicação nenhuma jurídico legal em relação às pessoas que aparecessem nas filmagens, porque isso decorre do estatuto do órgão de comunicação social e como as sessões que normalmente eles transmitem são sessões públicas, não há aí implicação nenhuma, já não é a mesma situação se a transmissão for realizada pelo próprio órgão, porque em primeiro lugar tem de ser concedida a autorização de todos os eleitos, essa até acaba por ser facilitada, mas também implica a que quem esteja na reunião também tenha que autorizar que a sua imagem seja projectada neste caso em directo, seja lá onde for e que depois fique o registo histórico. Existe estas implicações, eu sei que posso usar aqui o exemplo, que o Presidente da Assembleia Municipal de Torres Novas, estava a pensar em fazer isso e entretanto optou por desafiar um órgão de comunicação social a fazer isso, como acontece por exemplo no Entroncamento em que é o Entroncamento online que faz a transmissão, Alpiarça faz a transmissão das Assembleias Municipais e não faz a transmissão mas grava e a seguir disponibiliza-as online, mas onde só aparecem efectivamente na Câmara Municipal, os Vereadores e na Assembleia Municipal, a mesa da Assembleia Municipal, é com esse conjunto de regras que eles conseguiram obter a autorização para essa publicação, e no caso de Alpiarça não é transmissão em directo. Concordando genericamente com aquilo que foi dito pelo Bloco de Esquerda que é hoje uma realidade, que já é uma realidade há uns quantos anos atrás a propósito da Assembleia da República, onde quer as reuniões plenárias quer as reuniões de comissão são transmitidas, também um dia destes vai acabar por ser um pouco por todo o país e por todos os órgãos autárquicos, e por isso pedia se pudessem retirar para a gente estudarmos estas hipóteses todas, para não estarmos aqui a cair em algum constrangimento em relação a isso. Sobre a moção da defesa ou da valorização do papel da mulher estamos todos de acordo e em relação à moção do Tejo Vivo, três notas muito breves, uma moção que pretende valorizar o Tejo Vivo, não pode ser tão depressiva como aquela que foi apresentada, porque só apresenta questões



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

negativas, depois não me parece que seja o nosso papel enquanto eleitos locais a identificação e a referência sistemática a uma só empresa, como se a empresa constitui-se só pelo facto de existir, que estivesse a cometer algum tipo de ilegalidades, aliás a própria moção na sua recomendação final, solicita ou recomenda o regresso a valores antes da licença de 2016, o que significa que a empresa está licenciada e se está licenciada, há qualquer coisa que está mal e não é propriamente a empresa, e por isso aquilo que eu solicitava ao Bloco de Esquerda é que pudéssemos retirar as referências directas à empresa, “Celtejo” se não estou em erro, por referências genéricas a todas as empresas que poluem o rio tejo, porque era bom que fosse só a Celtejo, era bom não, era menos mal que fosse só a Celtejo mas são muitas, mas que fizéssemos essa retirada e nas recomendações que pudéssemos incluir o incentivo às boas práticas ambientais, nomeadamente aquilo que tem estado a ser defendido agora pelo Ministério do Ambiente e até pela própria APA que é por exemplo, o arrefecimento das águas que saem da Etar para o tejo, para permitir a oxigenação das águas do rio que também contribuem para a poluição, e sobre as 4 moções eram estas as notas que queria dar.” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, gostaria de apenas colocar um aspecto fundamental à Assembleia, o artigo 48.º diz: “que apenas podem ser objecto de deliberações os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão, salvo tratando-se de uma sessão ordinária pelo menos dois terços do número legal dos membros da assembleia, reconheçam a urgência da deliberação imediata dos assuntos”, ora os assuntos objecto de deliberação e isso remete-nos para o período da ordem do dia que diz que: “tem que ser entregues 5 dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias ou 8 dias úteis”, isto é digamos uma norma normal em qualquer assembleia, quando se decide sobre uma matéria tem de haver um conhecimento dos membros sobre essa matéria, dito isto para por este assunto à votação, e esta é a minha opinião pessoal, a multiplicação destes assuntos e a importância dos assuntos tem que obedecer a que os assuntos sejam postos à consideração, para ter um número mínimo de dias para decisão, por exemplo eu não sei se esta empresa é culpada ou não, ou seja precisaria de me informar sobre isto, sendo assim para que o assunto e não é seja sujeito aqui à discussão, não seja digamos uma mera tradução de um partido ou de um grupo ou de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

uma pessoa independente. Colocar à assembleia, quem vota a favor da admissão destas moções para votação, porque entraram todas agora, e portanto tem de haver dois terços da assembleia, para que estas moções sejam alvo de deliberação, portanto voltando novamente a dizer quem vota a favor da admissão destas moções e incluir na ordem de trabalhos. -----

--- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 18 votos contra, 5 votos a favor e 2 abstenções, não pôr à votação as moções apresentadas.” -----

--- Interveio o senhor Deputado João Oliveira dizendo o seguinte: “Eu voto a favor dos 5 dias, porque é uma situação que eu já discuto há algum tempo, que todas as moções devem ser entregues com antecedência suficiente para que nós possamos estudar os documentos.” -----

--- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Considerando, e eu durante os últimos 4 anos que assisti à Assembleia Municipal esta situação sempre se pôs, e nunca existiu este problema, de qualquer forma terei de consultar melhor o regimento e assumo que essa possa ser a realidade legal. Depois só respondendo aqui ao senhor Deputado do Partido Socialista, em relação ao orçamento participativo, eu acho que trazer aqui não é só ruído, na minha opinião poderá ser também uma forma de sensibilização à importância do orçamento participativo, limitá-lo ou sujeitá-lo a ser apenas ruído não me parece uma boa interpretação. Quanto ao histórico, o Bloco já teve hipótese, é aquela velha história de falar no passado, senhor Deputado em percebo essa retórica, mas muito sinceramente eu estou aqui para falar do presente e no futuro, é aquilo que me trouxe aqui. Quanto à transmissão online, parece-me pertinente a sua observação, em relação à avaliação jurídica a ser feita, portanto farei esse trabalho e se a bancada do Partido Socialista entender fazer também, trazemos à próxima assembleia municipal, já com esse fundamento jurídico.” ---

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em relação às questões concretas colocadas pela senhora Deputada Marta Jorge, dizer-lhe que em relação à seca, quando fomos confrontados com a ideia de que tínhamos de poupar água, fizemo-lo através de instruções dadas aos serviços para reduzir ao mínimo possível, nos últimos dias mesmo não regar, embora não tivéssemos tido nenhuma notificação de situação muito complexa nas Águas do Ribatejo, porque felizmente vivemos numa região onde não há graves problemas no que diz respeito à obtenção de água para



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

consumo humano, até porque muitas delas resultam de captações de água, e não necessariamente de barragens onde face ao nível freático que temos e à quantidade de água que temos de lençóis freáticos, a situação não é tão grave como em outros pontos do país. Fizemos esse esforço de ir gradualmente reduzindo nos tempos de rega, e nos períodos de rega das nossas zonas verdes, em particular foi esse tipo de intervenção. Vamos ter também amanhã uma reunião, os Presidentes de Câmara, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria e do Tejo, foi decidido na última reunião, reunir amanhã com a senhora Directora Regional da Agricultura da Lezíria e do Tejo, no sentido de apurarmos mais em concreto no que diz respeito aquela direcção regional, porque tem a ver essencialmente com as questões da agricultura, se há ou não nesta região alguma condicionante que nos obrigue enquanto autarcas a tomar outro tipo de posição, repito amanhã na reunião do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo temos essa reunião. Em relação à questão dos incêndios, apesar do drama que o nosso país viveu, o Concelho de Salvaterra de Magos teve um comportamento no que diz respeito ao combate e à prevenção dos incêndios em 2017, digno de realce e destacado pelo Comando Distrital em várias reuniões, no âmbito do CODU, e assentou em várias etapas, digamos assim, uma delas com a localização na Glória do Ribatejo de um local estratégico de estacionamento, que foi disponibilizado aos bombeiros e ao comando distrital e que serviu também de apoio aos sapadores florestais, que vão estando no território ou que iam estando no território. Por outro lado, a mobilização de meios do município com a então Junta da Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho, de kit's de primeira intervenção, viaturas municipais em permanência no território, coadjuvadas por um protocolo que foi celebrado entre a Câmara e o Clube de Caçadores e também coadjuvados pelos sapadores florestais da Casa Cadaval, portanto a colaboração de todas estas entidades em parceria ainda, com a ajuda da GNR permitiu anteciparmos os tempos de primeira intervenção, reduzindo-os ao mínimo possível e nessa medida, conseguimos para os cerca de noventa e tal ignições que aconteceram no Concelho, na Glória do Ribatejo e Granho, Marinhas, nos Foros de Salvaterra, em particular, conseguimos ter uma área ardida, creio que na casa dos 50 hectares, o que nos deixou a todos muito agradados. O bom seria que não houvesse nenhum, mas deixa-nos muito agradados, até porque o número de ignições criminosas que aconteceram no nosso Concelho,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

com claros indícios transmitidos à GNR, aliás detectados pela GNR, pelas nossas equipas que estavam no terreno, porque chegavam rapidamente aos incêndios, aos inícios de incêndios, esse aumento em relação ao ano anterior de ignições poderia de facto ter causado situações muito complexas e portanto nesse particular, com a ajuda dos bombeiros, diga-se, as coisas correram bem este ano e portanto, a estratégia para o ano de 2018 é replicar na medida do possível, o bom que foi feito em 2017 e incentivar o número de notificações e de intervenções exigida aos proprietários das parcelas de terreno, para procedermos às limpezas possíveis na mata, também nos logradouros e nos quintais junto às habitações. Em relação aos balneários da Glória e Granho, não começou muito bem este mandato, porque o Presidente da Câmara teve a oportunidade de ter uma reunião em privado com os dirigentes do Sport Clube de Desportos da Glória do Ribatejo, e essa reunião em privado, está mal relatada nas redes sociais, portanto fazendo fé que as gentes que estão no Sport Clube de Desportos é gente séria, a gente que está a escrever nas redes sociais a este propósito é mentirosa! O então Presidente da Câmara que por acaso é o mesmo depois das eleições, disse em campanha eleitoral, e tem isso no programa eleitoral, no mandato de 2017-2021, é objectivo político fazer os balneários do Sport Clube de Desportos, esse objectivo político por enquanto mantém-se, agora é falso, é mentiroso que tenha dito em alguma circunstância e percebo bem que haja um conjunto de pessoas interessadas em criar divisões entre a Câmara Municipal e os dirigentes associativos, sejam eles de que freguesia forem ou de que União de Freguesias forem, mas este Presidente de Câmara vai tentar fazer o possível, o que estiver ao seu alcance para manter o dialogo que tem tido ao longo destes anos com todos os dirigentes desportivos, e ter-se lido nas redes sociais que este Presidente de Câmara disse que ia fazer no imediato, é falso, volto a dizer é mentira, o Presidente da Câmara o que disse é que o faria como compromisso eleitoral, no período de 2017-2021, e que seria para a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, o primeiro investimento a seguir aos sintéticos que fizemos no Forense e que fizemos no Salvaterrense, seria o primeiro investimento que faríamos na área do desporto, portanto é falso que tenha dito que ia fazer já, que ia fazer de imediato e que fique claro para esta assembleia também e demais colegas da Câmara Municipal que só o faremos quando tivermos condições financeiras para o fazer, e seguramente só o faremos depois de concluir a



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

obra do Espaço Jackson. A Glória do Ribatejo beneficia neste momento de uma intervenção de 1 milhão de euros, e enquanto tivermos esse investimento a decorrer na Glória do Ribatejo, não vamos fazer outro investimento de dimensão significativa ou de dimensão muito significativa na Glória do Ribatejo e vamos procurar fazer essa reabilitação dos balneários, aliás a construção dos balneários novos durante o mandato, mas não seguramente enquanto estivermos a fazer na Glória um investimento tão significativo. O Concelho é muito grande, temos intenções de continuar a fazer na Glória do Ribatejo algumas intervenções na área dos arranjos urbanísticos a par da intervenção que fazemos no Espaço Jackson, portanto fica clara a posição deste Presidente de Câmara. Também e com alguma ironia e não me leve a mal por isso, mas também para saudar a sua entrada na Assembleia Municipal, tenha cuidado quando diz um mandato de trabalho, porque pode vir a ser castigado e estou a falar para o senhor Deputado Nuno Monteiro, que no início da sua intervenção falou em mandato de trabalho e fico satisfeito que pelo menos um deputado do Bloco de Esquerda ter aderido a esta designação.” -----

---- Ponto um – Actas n.ºs 29 e 1, de 14 de Setembro e 16 de Outubro de 2017 – Para deliberação -----

---- Submetida a votação a acta de 14 de Setembro de 2017, foi a mesma aprovada por maioria, com 10 votos a favor e 15 abstenções dos senhores Deputados Rui Moreira, Daniela Casaca, Carlos Teso, António Vieira, António de Oliveira, Joaquim Cardoso, Nuno Monteiro, Dina Monteiro, Susana Nunes, Flávia Santos, Rui da Silva, João Caniço, Carlos da Silva, João Oliveira e Edgar dos Santos, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Submetida a votação a acta de 16 de Outubro de 2017, foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor e uma abstenção do senhor Deputado Edgar dos Santos, por não ter estado presente na sessão. -----

Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

mesmo – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, eu como lhe disse li atentamente os documentos e como é meu apanágio, felicito o que está bem e censuro o que está mal, e os aspectos mais positivos que eu acho é o equilíbrio financeiro e como o equilíbrio financeiro do Município e como certamente haverá aqui pessoas que não sabem o que isso é. O equilíbrio financeiro dá-se quando as receitas correntes servem para cobrir as despesas correntes, ou seja, não é preciso recorrer às receitas de capital, ora neste caso as receitas correntes são superiores às despesas correntes, e esse é um aspecto positivo. Da mesma maneira que o Município também goza de independência financeira e mais uma vez para quem não souber, são as receitas próprias do Município sobre as receitas totais. Ora bem, onde eu estou em desacordo com a execução orçamental é que não basta fazer grandes orçamentos, o que interessa é executá-los, certo? E na minha opinião, se as receitas totais servem para cobrir as despesas totais, não sei para que se hão de fazer cativações orçamentais, porque efectivamente num Município onde à tanta coisa por fazer, não se justifica o saldo orçamental que se verifica.” -----

Ponto três - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 31/08/2017 e 14/11/2017, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 21/12/2016 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto quatro - Prestação de Contas a 30 de Junho de 2017 e informação prestada pelo ROC – Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Salvaterra de Magos, relativa ao 1.º Semestre de 2017 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Relativamente aqui ao relatório do ROC, não tenho grandes questões a colocar, parece-me bem mais interessante



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

colocar as questões relativamente ao relatório da gestão e de contas, que já no mandato passado eu fiz uma questão, e continuo exactamente com o mesmo problema, porque ainda não foi respondido pelo senhor Presidente da Câmara, portanto sabendo que em 2016 houve um resultado liquido do exercício de menos 452 530,57 euros e em 2017 temos menos 264 843,17 euros, salientando que houve a entrada de mais de 227 mil euros por parte das Águas do Ribatejo, portanto eu continuo com a questão fundamental, o porquê deste resultado liquido negativo do exercício.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse: “Dizer que, embora fosse um debate que tivesse mais interesse ser feito quando houvesse as contas finais, até porque vamos ter de fazer esse debate, porque vamos ter de aprovar na Assembleia Municipal as contas finais, veio para conhecimento dos Deputados a situação, digamos assim, do primeiro semestre, mas por acaso tive o cuidado, na expectativa que me ia colocar uma pergunta desse género de ir ver por exemplo, o que é que poderia estar a influenciar. Primeiro dizer ao auditório e aos senhores Deputados que a situação financeira da Câmara Municipal, continua a ser de equilíbrio de contas, continuamos a pagar a menos de 30 dias aos fornecedores e aos empreiteiros, continuamos com menos endividamento de que quando chegámos à gestão da Câmara Municipal, portanto o objectivo político que o Partido Socialista tinha fixado no inicio do primeiro mandato de que na medida do possível não contribuirmos, salvo alguma situação excepcional, que tivesse a ver com alguma calamidade ou tivesse a ver com alguma obra relevante para o Município, de que a nossa gestão do Partido Socialista contribuisse zero para o endividamento municipal, portanto esses objectivos relevantes continuam a ser cumpridos, vamos naturalmente ter de esperar pela conta de gerência do final de 2017, na medida em que ela reflecte a segunda metade deste ano, e reflecte também o período eleitoral, onde em mandatos passados havia de facto um crescimento abrupto do endividamento municipal e hoje quero crer que isso não vai acontecer, mas verificamos de facto quando tivermos na sessão de Abril a analisar essas contas. Entretanto foi implementado nas Câmaras uma contabilidade de custos, que tem a ver com estes custos operacionais, que é algo parecido com a contabilidade empresarial, e portanto dizer-vos que naquilo que eu pude detectar algumas das razões são boas razões para esta discrepância negativa, que tem a ver com o investimento da Câmara



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Municipal em alguma capacidade de intervir no território, e dou-vos só alguns números. Primeiro semestre de 2013, gestão do Bloco de Esquerda ainda, só para que tenhamos aqui alguma referencia e para que percebamos o que estamos a falar, e estamos a falar em termos de custos de materiais e matérias consumidas, o que é isto? Custo de materiais e matérias consumidas tem muito a ver com a capacidade de intervenção das equipas municipais que estão no terreno, os pedreiros, os cantoneiros que compram matérias para aplicar no território, portanto as coisas às vezes não são muito fáceis de explicar, e peço desculpa por isso. Uma outra rubrica importante é fornecimentos e serviços que tem a ver por exemplo, com aplicação de calçadas, que são serviços que nós compramos fora, a aquisição de pedra, com a recolha e tratamento de lixo e o transporte do lixo, são fornecimento de serviços externos e para que se perceba em 2013, no que dizia respeito aos materiais consumidos pelas nossas equipas tínhamos 23 mil euros no primeiro semestre de 2013, no primeiro semestre de 2017 temos 167 mil euros, cerca de 150 mil euros de trabalho produzido e aplicado no território, tínhamos ao nível como eu disse dos lixos, dos passeios, da compra de pedras, de serviços que a Câmara não consegue produzir, porque nós produzimos lancis, cúpulas, anéis e outros materiais, mas não conseguimos produzir alguns e temos de comprar fora, lá está os serviços externos, fornecimentos e serviços externos, na altura 1,5 milhões e este mandato 1,8 milhões, mais dinâmica, mais trabalho das nossas equipas no terreno, é a leitura que eu consigo fazer para explicar esta discrepância de números. Um outro exemplo, e este a Câmara Municipal não controla, custos com pessoal em função da nova gestão do Governo da nação, os custos com pessoal passaram de 1,9 milhões para 2,1 milhões, tem a ver naturalmente com a libertação de carreiras, um outro indicador que também contribui para aqueles números que a senhora Deputada aqui referiu, é também com as transferências e também subsídios correntes. Nas transferências e subsídios correntes em 2013 tínhamos 188 mil e em 2017 temos 539 mil no primeiro semestre, e o que é que são estas transferências e subsídios correntes, são apoios às Juntas de Freguesia, às nossas associações, às IPSS's, incluindo os Bombeiros Voluntários e também os contratos de emprego inserção +, aqueles contratos que são feitos em parceria com o Centro de Emprego, para os desempregados e para aqueles que estão a receber rendimento social de inserção. Também temos a questão das amortizações e nós



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

tínhamos na altura 790 mil euros de amortizações, este ano de 2017 temos mais 100 mil euros de amortizações, ou seja a Câmara Municipal tem mais património, porque fez o Mercado da Cultura, porque fez o campo de futebol, porque fez arranjos urbanísticos, porque fez estradas, logo a rubrica das amortizações sobe e isso contribuiu negativamente para o saldo que a senhora Deputada referiu e portanto tem sido este se calhar o maior esforço de pôr estas nossas equipas a trabalhar, os custos acrescidos de pessoal, um maior apoio às nossas associações do que antes se registava e este registo de amortizações que teve contribuído negativamente para esse saldo, e portanto sinceramente senhora Deputada mantendo-se o equilíbrio dos pagamentos a menos de 30 dias, mantendo-se os nossos funcionários a receber a dia e horas e mantendo-se a dívida da Câmara abaixo daquilo que recebemos, se for possível, eu sinto-me bastante satisfeito com estes resultados negativos, porque alegadamente negativos, porque implicam intervenção no território do município.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu gostava só de aproveitar, até porque tenho responsabilidades enquanto Presidente da Assembleia Municipal, se todos os dados são dados com plena informação ou não, a todos os membros da assembleia que tem este relatório do revisor oficial de contas, peço que possam olhar para a página 13, e enquanto buscam a página 13, até para quem está aqui a assistir, à dois tipos de contabilidade. Há uma contabilidade que é da competência da Assembleia Municipal e que são as contas aprovadas, de acordo com as finanças públicas, isto é receita de um ano, com despesa do ano, é assim que é aprovado o orçamento de estado, e é assim também que a assembleia aprova aqui, é num ano à receita e nesse ano há despesa, exemplo se a Câmara num ano e estava a falar aqui no Espaço Jackson, nesta contabilidade gasta 1 milhão de euros, aparece como despesa 1 milhão de euros, uma Junta de Freguesia num determinado ano aprove calcetar qualquer coisa, essa despesa é nesse ano, a competência da Assembleia, seja da República seja aqui, é aprovar as contas desta forma, chama-se a isto na prática um orçamento de tesouraria, aliás o termo técnico é contabilidade pública, há ainda uma coisa que é chamada contabilidade nacional, em que a contabilidade nacional faz a distinção, se a despesa embora feita naquele ano respeita a outro ano ou não, é assim que são as contas que a Europa aceita, isto é quem por exemplo paga uma determinada problema que existiu ou



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

recebeu dinheiro de irs do ano anterior, não entra como receita desse ano. Entretanto nos últimos anos veio a ser exigida às autarquias e a mais instituições públicas e também ao Estado, não é matéria de aprovação, mas a chamada contabilidade privada, igual a de uma empresa, e eu já expliquei isto mas continuo a explicar e depois peço que se verifique a página 13, a contabilidade privada é diferente, à receita do ano mas a despesa não entra, a despesa que é paga naquele ano, mas por exemplo se um investimento tem a duração de 10 anos, naquele ano entra apenas a amortização daquele proporção na despesa, ou então se uma determinada autarquia perdeu um processo em tribunal, é obrigada a fazer uma provisão, mesmo que esteja em contencioso, ou então tem dificuldade de receber, por exemplo de pessoas que não pagaram coisas da água, é obrigada a fazer uma provisão, porque essas pessoas ou entidades ou empresas podem não vir pagar. Esta conta é apenas para conhecimento, que é dado aqui, não é matéria para deliberação, é digamos uma matéria que tem a ver com uma questão económica, para ver o activo ou não, para uma análise das entidades públicas por semelhança às entidades privadas, isto pode dar uma coisa por absurdo, imaginem que num determinado ano há um grande investimento, esse investimento aparece apenas 10 ou 15 do que é feito nesse ano, levando a despesa para mandatos superiores. Ora nesta conta que aqui está e portanto tem havido aqui duas curiosidades, é quem queira dizer que a Câmara tem prejuízo, isto é de acordo com a contabilidade privada, não é de acordo com a contabilidade pública, como toda a gente faz as contas. Em segundo lugar, dizer que os documentos não são distribuídos, os documentos e a justificação estão na página 13. Ora na página 13 onde está do lado da despesa, portanto tem o prejuízo, na página 15 onde tem a demonstração que é do ano, o balanço é um stock, é de variáveis acumuladas e na página 15, tem do próprio ano, e tem as receitas e tem as despesas. Ora foram nas despesas de pessoal, foram no fornecimento de serviço, mesmo as despesas de pessoal que subiram 67 mil euros, por causa da recuperação dos escalões que está o problema, não? Está aqui nas amortizações isto é obras feitas à 10 anos e mais e podíamos discutir por exemplo, a grande subida de 2009, estão agora na despesa aqui, estão 895 mil euros de amortizações e está aqui a verba para provisões, que aliás foram feitas as provisões num mandato anterior, e porque é que estão as provisões e porque é que estão as provisões? Porque entre várias



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

coisas, a Câmara deu à empresa municipal que é responsável por recolher os lixos, um terreno que não era seu, e o processo perdeu-o em tribunal e estão lá 300 mil euros, que a Câmara recorreu e vem a provisões a despesa e estão mais 300 mil euros que o tribunal diz que tem de pagar juros, estão lá por exemplo, isto é numa determinada altura a Câmara sobre uma determinada gestão entregou aquele terreno. Como o terreno não era da Câmara, o proprietário porque a Câmara tinha determinadas contrapartidas, veio a perder o processo em tribunal. Posso dar outro exemplo, o Cais da Vala ficou-se com o edifício onde foi feito o Cais da Vala, o terreno por troca de 8 lotes, como isso não é aceite pelo proprietário antigo, é preciso fazer uma provisão, outro exemplo poderíamos ir dar mais exemplos que aqui estão e portanto está a ver aqui verbas de provisões e outras que aqui estão, portanto esta matéria está mais do que esclarecida, tem a curiosidade de ser determinadas entidades que provavelmente deveriam ser menos susceptíveis a discutir de acordo com a contabilidade privada, mas está aqui escrito, serve para analisar e é uma outra matéria de análise, não é matéria de deliberação, porque a contabilidade pública é a competência que a Câmara tem de apresentar contas, ser aprovada pela Assembleia Municipal e apresentar um orçamento, portanto já várias vezes disse, para além de depois o texto que vai justificando cada uma destas rubricas. Imaginando que a Câmara agora não fazia obra nenhuma, vem a imputação à despesa deste ano as amortizações todas, agora passar a comparar receitas, despesas de variáveis de acordo com a contabilidade pública e a seguir comparar em outra base, é como estar em matemática a fazer contas na base logarítmica e misturar essas contas com a base linear, portanto tenho a informar que se foi preciso mais dados, peçam mas na minha opinião enquanto Presidente já disse, é a minha opinião que os dados que são fornecidos à Assembleia estão em condições.” -----

Ponto cinco - Participação variável no IRS - Rendimentos de 2018, receita municipal de 2019 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento:
“Participação variável no IRS, rendimentos 2018, receita municipal em 2019 - As razões aduzidas em 2012 para que a CSM prescindisse de 1% da receita do IRS que lhe é devida,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

5%, deixam de fazer sentido com o Orçamento de Estado e as medidas que já foram negociadas no que concerne ao IRS para 2018: - Criação de mais escalões nos rendimentos mais baixos; - Aumento do número de isenções. – Dizia-se em 2012: “... aliviando desta forma a desmedida carga fiscal aprovada pelo Governo, em OE para o ano de 2013”. – Mantivemos este esforço financeiro, este apoio às famílias, nos Orçamentos 2014, 2015, 2016 e 2017, porque considerámos que o alívio da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, encetado por este Governo e a sua maioria, ainda não tinha sido concretizado com plenitude. – Agora, a par da diminuição das receitas do IRS pela criação dos 2 escalões e do aumento dos montantes isentos de IRS, ocorre simultaneamente o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos o que vai fazer aumentar as despesas correntes da CMSM. – Sendo assim, porque já não se justifica privar o Orçamento Municipal de 1% do IRS que lhe é devido e porque só podemos compensar as despesas correntes com receitas correntes, como é o caso da participação das Câmaras Municipais nas receitas deste imposto, em que 95% vai para a administração central e 5% está destinado à administração local, propõe-se conforme proposta que os senhores Deputados receberam que a participação deste Município no IRS seja de 5%.”

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “O Bloco não pode concordar com este aumento da taxa de IRS num momento em que vivemos no país em esforço para que exista uma recuperação de vencimentos, uma das primeiras medidas da maioria socialista deste Concelho é o aumento de impostos, contrariando totalmente a lógica do Governo que curiosamente também é a do Partido Socialista, ou seja eu ainda me vou ver aqui um dia, a dar razão à retórica do PSD e do CDS que dizem que o Governo do PS, dá com uma mão e tira com a outra, parece que pelo menos aqui em Salvaterra, mais ou menos, parece que é esse o funcionamento. A necessidade de aumento de receitas apresentada por este executivo, não deve ser sustentada por um aumento da carga fiscal sobre os seus munícipes, o Bloco reafirma a importância de uma estratégia de desenvolvimento económico sustentado, esse sim deveria ser o caminho para o aumento de receitas no nosso município. Assim o Bloco votará contra o aumento da taxa de IRS.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Congratular aqui todas as vezes que são referidos os Concelhos vizinhos,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

congratular que tenhamos taxas mais baixas, pena que não olhamos também para eles no nível de desenvolvimento que eles tem e que prestam e quais é que serão os valores que por exemplo a taxa de derrama nos Concelhos vizinhos consegue dar de input ao orçamento, é bom termos taxas baixas mas seria muito bom desenvolvermos o Concelho, para que com as mesmas taxas conseguíssemos lá chegar. No que diz respeito à proposta de aumento da taxa variável de IRS, dizer que sim a taxa máxima são 5%, é isso que cabe ao Município, mas de qualquer maneira também é uma proposta do Município de dar ou não essa dedução aos nossos munícipes, e o que penso e entendo neste ponto, e acho que todos aqui presentes entendem é que de facto que cada vez que se alteram algumas das condições, nomeadamente em termos de salários de trabalhadores e a reposição das carreiras da função pública, é com toda a certeza uma alteração significativa e dá um impacto muito grande, choca-nos um bocadinho ver que cada vez que existe alguma alteração neste âmbito, a primeira coisa que se pense é vamos subir impostos para colmatar esta subida. Nós reconhecemos que este impacto é grande, que terá um impacto negativo no orçamento, mas também reconhecemos que este aumento que estamos a propor não terá impacto para já, ao contrário do descongelamento das carreiras e ao contrário do salário mínimo nacional que tem um impacto no orçamento de 2018, enquanto este aumento de impostos só será visto em 2019, portanto é preciso também aqui compreender qual é que foi a volta que o executivo conseguiu dar para colmatar esta falha de orçamento. Relativamente a este aumento do salário mínimo nacional e esta reposição do descongelamento de carreiras neste próximo exercício. Se calhar devíamos ir por aí, se calhar devíamos optar por algumas medidas que não afectem directamente os munícipes. E é por este motivo que eu irei votar contra este aumento da taxa variável de IRS.” -

---- Interveio o senhor Deputado Mário Rui Lobo cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Relativamente aqui ao ponto 5, na variável do IRS, queria perguntar ao senhor Presidente, se tem a expectativa ou mais ou menos o impacto que isso possa ter a nível do orçamento da Câmara, para que se possa perceber o impacto que se vai ter ao nível das famílias, porque se calhar estamos a falar de um valor tão residual.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Entendendo que estamos a falar de impostos, entendo que a junção destes 3 impostos numa só vez, pelo menos a



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

explicação do senhor Presidente, mas efectivamente isto torna-se um pouco complicado, porque são situações completamente diferentes. Vamos começar pelo IRS, em consequência do que foi agora dito pelo meu colega Deputado, aqui há uns anos atrás e já neste mandato deste Presidente da Câmara, existiu um estudo que mais ou menos demonstrava qual é que seria o impacto que o aumento ou não dos impostos iria ter no nosso orçamento. Efectivamente ainda na última legislatura n o último ano, eu fiz questão de mencionar que seria importante esse mesmo estudo e continuamos sem esse mesmo estudo, e seria importante também para averiguar se este 1% teria relevância ou não teria relevância, quantas pessoas é que iria afectar e sobretudo a título de receita, qual é que é a variável que aqui existe. Obviamente que não posso concordar com um aumento de impostos, a partir de um momento em que vejo que são mais uma vez as famílias a serem penalizadas com isto, portanto como diz o senhor Presidente da Câmara, estamos aqui a salvaguardar junto dos empresários que eles vejam aqui um atractivo para se poderem sediar no Concelho de Salvaterra de Magos, continuamos a ver que estamos a prejudicar as famílias, estamos a prejudicar as famílias quer no IRS e quer no IMI, efectivamente os valores auferidos com o imposto de IMI, é com valores relativamente elevado e continuamos a verificar que não existe a tendência para baixar esse mesmo IMI, portanto a tendência de chamar mais munícipes para o Concelho, é exactamente zero, portanto as pessoas ao saberem que vem para cá e tem de estar a pagar a taxa de IMI, obviamente que vão dirigir a construção e aquisição de moradia própria e permanente em outros Concelhos que não Salvaterra de Magos. Isto obviamente que terá de nos levar a repensar e é essa a questão principal, é repensar como é que podemos conseguir mais munícipes que possam continuar e aumentar os impostos, mas sem aumentar efectivamente o valor de cada um destes impostos que aqui nos referimos. Salientar aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, com expectativa de que não seja necessário vir a aumentar estes impostos no ano que vem, isso então ainda é mais grave, grave porque continuamos numa política em que não existe outra forma de obter dividendos e receitas para esta Câmara, que não seja os impostos, onde está o investimento? Que medidas é que são efectivamente concretizáveis para chamar mais investidores para este Concelho? Que medidas é que se conseguem traduzir, portanto qual é a política de investimento deste Concelho, que consiga



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

chamar mais investidores para aqui, esta é que é a questão fundamental, não é a aumentar os impostos que vamos conseguir aumentar a receita deste Concelho. Vamos conseguir aumentar a receita deste Concelho quando tivermos uma política efectivamente de investimento. Tivemos no mandato anterior um Gabinete de Empreendedorismo que teve as consequências que todos sabemos, e agora continuamos sem uma política definitiva e definida para este Concelho a nível de investimento, esse é o grave problema e não é através dos impostos que vamos continuar neste fandango, porque as pessoas não podem continuar a ser prejudicadas todos os dias. As pessoas têm de ter vontade de estar aqui, de vir para cá morar e de investir neste Concelho, e este é o grave problema. Salientar também que a justificação que o senhor Presidente da Câmara deu de inicio a dizer que, entretanto ao alívio da carga fiscal por parte do Governo etc etc e portanto aqui já podemos aumentar os impostos, não foi esse o argumento que o senhor Presidente da Câmara utilizou há 4 anos atrás, quando iniciou a baixa de impostos. O senhor Presidente da Câmara iniciou a baixa de impostos dizendo que, seria uma forma de investimento, esse foi o seu argumento e pode-se ver nas actas, não é difícil de ir buscar as actas e ver que o argumento utilizado na altura não foi esse, portanto esse argumento não é minimamente coordenado com o anterior, portanto este agora é para justificar aumentos. A questão dos aumentos e estão aqui a ocorrer aumentos, sem sombra de dúvida, porque eles vão passar independentemente das opiniões de quem quer que seja, porque existe maioria absoluta e assim que houve maioria absoluta, viu-se as garrinhas de fora e os impostos a aumentarem neste Concelho.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “ Eu vou um bocadinho atrás agora, quando vim aqui apresentar os meus cumprimentos às individualidades que foram os vencedores das últimas eleições autárquicas, por um lado era por princípios de educação política, o que muita gente não tem, e por outro lado vinha contente, porque o senhor Presidente da Câmara escusava de fazer gerigonças. Porque fazer gerigonças é ceder aquilo que não está no seu programa, senhor Deputado Nuno Monteiro é muito fácil a gente gastar o que não é nosso, e eu vou-lhe dar a título de informação. Visitei as instituições de Salvaterra de Magos, bombeiros, Santa Casa da Misericórdia, e tantas outras e está tudo na falência, porque ninguém se preocupou, o senhor por acaso fez as contas se os impostos descessem ao nível



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

que o senhor quer, se o equilíbrio financeiro da Câmara era posto em causa e se a sua independência financeira também era posta em causa, é fácil falar, atribuir benesses a toda a gente, é fácil, depois são os outros que vem que tem de arrumar a casa, que é aquilo que se está a fazer agora, mas eu não sou Deputado Municipal do PS, eu sou economista, sou racionalista e estou agora e mais um conjunto de pessoas a remediar erros que foram cometidos, porque entendem que se pode dar tudo a todos de uma só vez.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Agradecer a oportunidade dada pelos senhores Deputados, algumas das intervenções são intervenções políticas e portanto eu respeito, são opiniões e portanto nesse sentido não me merecem comentários de maior, mas eu responderia ao Bloco de Esquerda em ambas as intervenções em simultâneo. Enquanto governou o Bloco de Esquerda teve sempre a taxa variável de IRS nos 5% e portanto não tem a experiência de governar, felizmente para o Concelho e esta é a minha opinião naturalmente, com a taxa de IRS nos 4% e isso foi digamos, foi um mérito do governo autárquico do Partido Socialista, conseguir com menos receita ter tido a capacidade de fazer a obra que fez ao longo dos primeiros 4 anos deste mandato, e portanto compreendo bem que não tendo vós essa experiência, tem também o desconhecimento da dificuldade que é gerir com menos dinheiro, tentando manter os níveis de investimento, nessa medida não me apraz muito mais comentários, a não ser dizer à senhora Deputada Marta Jorge, que não é porque a senhora Deputada em dados momentos regressa a um discurso de diabolização do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, que foi criado por este executivo camarário, que não existia, tal como não existia portal do investidor, tal como não havia técnicos a receber os empresários e a tratar dessas matérias, passou a haver, o que é certo é que este nosso Concelho, por muito que isso vos custe, em termos de dialética naturalmente, não tenho a presunção de que querem mal ao Concelho, antes pelo contrário estou certo que querem bem, mas em termos de dialética não vos é útil reconhecer que conseguimos chegar ao fim do mandato, por mérito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, por mérito das nossas empresas e empresários, por mérito do Governo do PS com o apoio parlamentar dos outros partidos da esquerda, conseguimos chegar com menos desemprego, conseguimos estar nos primeiros lugares da lezíria, em termos de número de empresas criadas no Concelho de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Salvaterra de Magos, conseguimos ter um dos maiores volumes de negócios das empresas da Lezíria do Tejo, conseguimos quintuplicar o número de visitantes à Falcoaria Real, logo mais gente a vir ao nosso Concelho, logo mais economia local e isto é mérito, e também manter a ideia dos baixos impostos locais, isto é mérito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, de todos os empresários, da governação da Câmara e estes números não batem certo com a sua intervenção, eu peço-lhe desculpa mas a ficção que aqui desenhou não tem correspondência na realidade, como aliás estes números bem demonstram e azar vosso estes números não são ditados pela Câmara Municipal, são ditados pelos diferentes organismos, desde o Nersant, INE e a outros organismos da administração central. Depois e ironicamente e não me leve a mal por isso espero, quando diz que as famílias e o IMI é caro e que as pessoas tem de ir viver para os Concelhos vizinhos, vai ter dificuldade em encontrar um Concelho vizinho onde viver senhora Deputada, porque em Benavente pagaria mais IMI, em Almeirim pagaria mais IMI, no Cartaxo pagaria mais IMI, em Santarém pagaria mais IMI e portanto a senhora Deputada vai ter de continuar a procurar, coisa que eu não fiz além destes Concelhos, onde pagam o IMI mais barato do que se paga em Salvaterra, portanto também não bate certa a realidade com o nível da intervenção que a Deputada aqui fez, dizendo que o IMI “aí Jesus” que é tão grande, e o IMI e esta baixa taxação que nós optamos no IMI e que optamos também na derrama, tem de facto a preocupação de ajudar as instalações dos empresários e as habitações das famílias que estão sediadas no nosso Concelho, e portanto essa preocupação vamos manter e só mexeremos neste imposto naturalmente, se não conseguirmos o equilíbrio, que queremos sempre ter, entre as receitas correntes e as despesas correntes, agora também não pode a senhora Deputada do Bloco de Esquerda branquear que há um efectivo aumento da despesa corrente, não por acção do executivo municipal mas por acção meritória do Governo da nação que resolveu repor e incrementar a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, e portanto, quando se sobem os encargos da Câmara Municipal, como nós não podemos criar como faz o Governo, impostos e vamos imaginar aumentar ligeiramente a taxa sobre o tabaco ou sobre as bebidas alcoólicas ou açucaradas ou sal, e nós temos o que temos e o que temos são estas ferramentas que nos permitem arrecadar receita corrente para fazer face à despesa corrente. Em relação à intervenção da senhora Deputada do PSD, que veio falar enfim de que também



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

votaria contra o IRS de 5%, convinha também e isto vale o que vale, que a intervenção que aqui foi tida sobre o IRS de 5% fosse levada a cabo à Câmara de Rio Maior e à Câmara de Santarém que são do PSD, porque de facto argumentar numa Câmara que é gerida pelo Partido Socialista, que nós recebemos de um imposto que é devido às autarquias locais, por decisão do Governo 5% do IRS, é uma das receitas dos municípios, que como eu referi no início da minha intervenção em dada altura foi reduzida essa receita do município em Salvaterra de Magos, com o argumento de que tinha a ver com um agravamento da carga fiscal que acontecia pela vossa gestão precisamente no Governo em 2013. Esta Câmara passou para 4% e hoje começa esse agravamento da carga fiscal que foi desagravado, nós regressamos aquilo que é a normalidade da gestão e passamos a receber os 5% que nos cabe por força da lei do Orçamento. Mas dizia eu que então era bom, que tirassem consequências políticas da vossa intervenção e que de facto nas Câmaras de Rio Maior que governam e de Santarém pudessem também fazer aconselhar os vossos companheiros de partido, de que de facto era útil que eles reduzissem a taxa de IRS de 5% para 4% e aí os senhores Deputados teriam de facto coerência político partidária com a proposta que aqui deixam. Depois dizer também aos senhores Deputados do PSD que à alguma contradição no vosso discurso, porque vocês dizem por um lado que o que era bom é que houvesse desenvolvimento, e eu pergunto que investimento público foi feito pelo Governo do PSD no nosso Concelho, enquanto vocês tiveram oportunidade de governar ou enquanto o vosso partido teve a oportunidade de estar na gestão do país, que investimento determinante para o desenvolvimento deste Concelho foi tido ou foi decidido ou foi suscitado pelos autarcas do PSD que fosse feito no Concelho de Salvaterra de Magos, porque reparem nós temos no nosso Concelho e é bom que os senhores Deputados tenham consciência disso e aliás os demais presentes, os cidadãos do Concelho de Salvaterra de Magos tem um orçamento por pessoa de cerca de 500 euros, a nossa capacidade de gerar receita é através das receitas que estão fixadas legalmente naturalmente, é na ordem dos 500 euros por cidadão. O Concelho de Coruche que tem receitas de IMI próximas da nossa e isto é para deixar já claro as receitas que Coruche tem, tem contudo um orçamento que é o dobro do Concelho de Salvaterra de Magos, portanto não tem a ver com o desenvolvimento económico, tem a ver com uma lei das finanças locais, que o PSD também



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

teve a oportunidade e não quis corrigir, que penaliza a capacidade que este Concelho tem e em particular o nosso, porque é deste que estamos a falar, de poder fazer mais desenvolvimento, porque quando nós temos para gerir, nós autarcas de Salvaterra, seja de que partido for, cerca de 500 euros por pessoa e Coruche tem, com menos habitantes cerca de mais de 1000 euros por pessoa, dá-vos uma ideia da capacidade de concretizar obra e investimento num Concelho como o Concelho de Coruche, quando comparado por exemplo com o Concelho de Salvaterra de Magos, podia dar-vos os exemplos de Benavente, Almeirim, 30% mais, 35% mais, portanto para vos dizer que estes Concelhos que à necessidade se quiserem, de que ao nível do parlamento fosse possível e eu se tiver a oportunidade e saúde de estar na Associação Nacional dos Municípios Portugueses não deixarei, se me for dada essa oportunidade, de fazer uma intervenção nesta medida de que urge que a lei das finanças locais possa ser avaliada ou reavaliada por aqueles que têm a responsabilidade de governar, designadamente pelos nossos pares da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, porque possibilita que haja Câmaras como a nossa de povoamentos disperso, ou seja onde a dispersão ou dimensão das infraestruturas que temos para fazer, nem sequer é comparável com a dos Concelhos que estão à nossa volta, e temos metade da receitas de uns, 60% da receita de outros, 70% da receita de outros, em grande medida por constrangimentos nas transferências no Orçamento de Estado, e portanto pedir a um executivo camarário que desenvolva mais o Concelho do que aquilo que nós tivemos a oportunidade de fazer, ainda com menos receita, senhores Deputados não é sério do ponto de vista intelectual.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Só para responder aqui ao senhor Presidente da Câmara, em relação ao comentário que fez, tomara-nos nós que vivêssemos num Concelho igual ao país das maravilhas, tudo isso até seria muito verdade se os parques industriais que temos no nosso Concelho tivessem todos desenvolvidos, repletos de empresas ou parece que não existiram empresas à meio dúzia de meses a fechar com mais de 80 trabalhadores a irem para o olho da rua, ou até parece mesmo que este programa de maquilhagem de desempregados nós não o conhecemos na integração destes em programas de ocupação profissional.” -----



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 17 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG), 7 votos contra (3 da bancada do BE, 2 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU) e 1 abstenção da senhora Deputada Independente Dina Monteiro, fixar a participação de 5% no IRS sobre os rendimentos de 2018, cuja receita será arrecadada em 2019. -----

---- A bancada do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista reforçou a sua maioria nas últimas eleições autárquicas, conquistando a estabilidade de governação que os nossos munícipes entenderam entregar-lhe. O PSD respeita, integralmente, a decisão da nossa população, e entende que o PS tem reunidas as condições para governar nos próximos 4 anos de acordo com o programa que foi apresentado e que foi o mais votado. – No entanto e no que ao orçamento e as grandes opções do plano para o ano 2018 diz respeito verificamos, mais uma vez, a falta de visão estratégica e de compromisso para o progresso do nosso concelho, Mais, estes documentos veem acompanhados do aumento de um ponto percentual da taxa variável de IRS. – Passados menos de dois meses das eleições autárquicas é colocado a votação o aumento do IRS para o ano 2018, assente no impacto que o descongelamento das carreiras da administração pública irá ter no orçamento do município e no aumento do SMN. Estas medidas de reposição eram do conhecimento geral bem antes das últimas eleições e nunca este aumento foi anunciado, pelo que não foi sufragado pelos nossos munícipes. – Acredita o PSD que a compensação destes custos poderá ser feita sem que se recorra ao aumento de impostos, prova disso é que no ano 2018 este acréscimo de custos terá de ser compensado com outras medidas, já que a receita proveniente do aumento de IRS só será sentida em 2019. – Mais, acreditamos que quaisquer medidas que onerem as nossas famílias deverão ser sempre acompanhadas de medidas que sinalizem uma mudança de paradigma e que potenciem o crescimento do concelho. – No entanto os documentos apresentados padecem da, quase, total falta destas medidas. Não apresentam medidas que promovam a captação de investimento privado e de fixação de empresas, condições essenciais ao desenvolvimento económico e à criação de dinâmica competitiva no concelho. Este orçamento dá-nos sinais de falta de ambição e abandono da visão de criação de emprego que o PSD considera fundamental. – Estas medidas são essenciais para dar sinais positivos aos*



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

investidores e para o aumento da receita proveniente dos impostos diretos (IMI, IMT, Derrama e IUC). O Partido Social Democrata está disponível para participar no desenvolvimento, e aprovar soluções que cumpram estes objetivos. – Pelo exposto o grupo municipal do PSD vota CONTRA a taxa variável de IRS, o orçamento e as GOP para o ano 2018.” -----

Ponto seis - Lançamento da derrama para o exercício de 2017, receita municipal de 2018 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento:

“Lançamento da derrama que será receita municipal em 2018 - Como é do conhecimento de todos, os Municípios podem fixar uma derrama sobre o lucro tributável e não isento do IRC. O valor da derrama pode ser de 1,5%. – Para continuarmos a apoiar as empresas, tentar captar mais e com isso conseguir mais postos de trabalho voltamos a propor, como já sucedeu no nosso mandato anterior, que as micro e pequenas empresas com volume de negócios igual ou inferior a 150.000 € fiquem isentas do pagamento da Derrama e que para as demais empresas, com volume de negócios superior a 150.000 € se mantenha a redução de 33% em relação à taxa máxima de 1,5%, propondo-se a fixação de 1%.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Quanto à derrama votaremos favoravelmente.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “No que à taxa de derrama diz respeito, congratular esta taxa abaixo da taxa máxima, compreendemos, respeitamos, gostamos que ela assim seja e com toda a certeza que iremos votar a favor da sua manutenção.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 23 votos a favor (14 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada do CDS, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro e 2 abstenções da CDU), aprovar o lançamento de uma derrama para o exercício de 2017, cuja receita será arrecadada em 2018, nos seguintes termos: -----

---- a) 1,00% sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000,00 €; -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- b) Isentar de derrama de IRC os sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 €. -----

Ponto sete - Taxas de IMI para o ano de 2017, receita municipal de 2018 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento: “**Taxa de IMI. Receita Municipal 2018** - A taxa de IMI máxima que pode ser aplicada sobre os prédios urbanos é de 0,45%. – O Município de Salvaterra de Magos tem optado por através da fixação de uma taxa de IMI próxima do valor mínimo, que é 0,3%, ajudar as famílias que aqui residem e as empresas que aqui têm instalações. – Por esta razão, proponho a fixação de uma taxa de IMI de 0,35%, uma das mais baixas da Região e igual à que temos fixado nos últimos anos. – Espero bem que o Município de Salvaterra de Magos possa continuar no futuro a praticar esta política de baixas taxas municipais e de redução dos impostos locais.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Quanto ao IMI o Bloco apresentou em sessão de Câmara uma proposta alternativa, que sugeria a redução da taxa de IMI e eu já ouvi aqui falar que talvez não seja suficiente, se calhar ainda vamos ter de colocar mais IMI, é preocupante estarmos sempre a aumentar a carga de impostos, vamos sempre aos munícipes para ir buscar, e se virmos aqui a taxa de derrama ou o valor que ela gera é limitado, se calhar aí é que nós devíamos pensar nesse desenvolvimento que gera um valor de derrama superior, esse é que deveria ser o caminho, a meu ver. Assim sendo, que sugerimos a redução da taxa de IMI para 0,325 em 2018 e de forma progressiva a redução então para o mínimo de 0,3 em 2019, baseando esta proposta mais uma vez no alívio da carga fiscal sobre os nossos munícipes, portanto votaremos contra a não redução da taxa de IMI.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “Quanto à taxa de IMI, perceber que está perto do limite mínimo, votaremos também a favor da sua manutenção, no entanto lamentamos ter sido avisados que se calhar teremos de aumentar o IMI, esperemos bem que não, esperamos que se encontrem medidas, nem sempre precisamos de aumentar a receita para contrariar a despesa, se calhar só temos de cortar em outra despesa corrente.” ----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 20 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada do CDS, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro), 3 votos contra da bancada do BE e 2 abstenções da bancada da CDU, fixar a taxa de 0,35%, nos termos do CIMI, para o ano 2017, com a respectiva receita a ser arrecadada no ano de 2018. -----

Ponto oito - Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes) para o ano de 2018 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento:
“**Orçamento 2018** - A elaboração destes documentos têm merecido da nossa gestão autárquica o maior cuidado e rigor, até porque nos termos da legislação temos de continuar a obter taxas de execução da ordem dos 85%, daí que o estabelecimento das receitas (previstas) seja a primeira e principal preocupação dos serviços. – Para fixar o valor máximo do Orçamento temos de sublinhar que escolhemos fixar uma taxa de IMI que está (25%) bem abaixo do limite legal, fixámos ainda para a derrama a taxa 0 (isenção para as micro e pequenas empresas) e 1% para as empresas com volume de negócios superior a € 150.000, uma redução de 33% em relação ao permitido. – Com estas opções para os impostos locais, já somando as verbas do FEDER o orçamento será em 2018 quase igual a 2017 – 12,6 milhões de euros, ainda bem abaixo, por exemplo, dos 14,2 milhões de 2012. – Vamos continuar fiéis à ideia de que não é possível prometer tudo a todos e este orçamento mantém a preocupação de a nossa gestão autárquica quando terminar não gerar aumento da dívida municipal. – Vamos ainda, por opção política, manter a opção que assumimos de ter equipas da CMSM em todas as freguesias, equipas que têm realizado trabalhos importantes de melhoria do dia-a-dia das pessoas, facilitando a sua mobilidade através da construção de pluviais, assentamento de lancis e executando passeios e novos estacionamento. – Na definição do conjunto de despesas mantemos para este Orçamento os critérios que estiveram na base dos Orçamentos anteriores. – A – Critério da estabilidade orçamental com os nossos parceiros – Vamos manter os apoios financeiros que damos aos clubes desportivos, às associações, às IPSS e juntas de



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

freguesia. – A estes apoios, ao contrário do que sucedia antes de nós, vamos tentar manter a opção de, sempre que nos for possível, ceder gratuitamente transporte municipal às IPSS e às colectividades. – Com este Orçamento, se aprovado, vamos aumentar em 20% o apoio aos Bombeiros de Salvaterra de Magos, é um esforço muito significativo para o Orçamento Municipal. – Estamos a conseguir apoiar/fazer um pouco mais pelas associações apesar de as receitas municipais não crescerem. – B – Critério das “boas contas” – Para além de pretendemos com este Orçamento contribuir para que a dívida municipal não aumente em relação à nossa gestão autárquica, também queremos que o prazo médio de pagamentos a fornecedores e empreiteiros não exceda os 30 dias. – Impõe-se agora uma breve referência às despesas previstas orçamentalmente. – Despesas com pessoal + encargos + seguros rondam os 4,5 milhões de euros. – Água e a energia eléctrica em edifícios ultrapassa os 400.000 €, a que somam cerca de 300.000 € para comunicações, gásóleo, óleos, etc. – Apoio aos BVSM (cresceu 20% como já disse) + seguros BVSM + Protecção Civil, ultrapassa 170.000 €. – Segurança Pública (GNR Marinhas + vigilância Praia Doce, quando incluirmos o saldo de gerência no início do ano) 23.000 €. – Saúde (não é competência municipal) aproximadamente 17.000 € (rendas de habitações dos médicos + vencimentos médicas Muge e Granho); FAM – 80.000 €; Resíduos/Higiene (Tratamento, contentores e lavagens, acções de desinfectação) – Depois da inclusão do saldo vai chegar a 750.000 €. – É uma rubrica orçamental que tem crescido muito pois o esforço municipal na recolha de resíduos tem sido muito grande e os gastos com o tratamento de resíduos aumentou 30%. – IP – Vamos continuar a dotar novas zonas de IP e a progredir na aplicação da tecnologia LED – 675.000 €; - Turismo/Actividades Económicas – 260.000 € (Praça Comvida, Falcoaria, Mês da Enguia, Feira de Magos, Museu Concelho, Natal e a Economia Local, Posto de Turismo, Aldeia Avieira Escarpoum, GAE, etc); - Apoio às JF's – 534.000 € - os acordos de execução estão semelhantes ao ano anterior. Há ainda a expectativa de somar ainda 20.000 € a este montante, com a inclusão do saldo; - CIMLT, DECO, ANMP, AMVT, Associação Arqueologia, etc – Participação em associações aproximadamente 75.000 €; - Renovação da frota – continua a ser uma necessidade em face da idade avançada dos equipamentos municipais; Encargos com leasings 55.000 € - cabine dupla (obras), viatura 5 lugares, mini-bus, varredora, 2 dumpers; - Acção Social



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

aproximadamente 60.000 € (rede social, loja social, apoio às IPSS, CPCJ, habitação social, cartão magos sénior e família +, jornadas da saúde, do social e da educação) – A estes apoios devemos adicionar os relativos à acção social escolar. – Educação e Acção Social Escolar aproximadamente 700.000 € (+ inclusão saldo 250.000 €) – Material didáctico, conservação e manutenção de edifícios, gás, higiene e limpeza, despesas de funcionamento, apoio em material escolar, livros, refeições e transportes escolares, prolongamento de horário/apoio às famílias, bolsas de estudo, expressão musical) + Centro Escolar Foros de Salvaterra/Várzea Fresca – 1.250,000 € - Total Educação – 2,2 milhões de euros. – Cultura, Desporto, Recreio e Lazer (funcionamento das bibliotecas e piscina, feira do livro, comemorações 25 de Abril, Artes e sons, exposições, jornadas de cultura, Mercado de Cultura, apoio às festas, associações e colectividades, parques infantis, pavilhões, OTL, passeios de idosos, Dia Mundial da Criança, Festival MUUU, Praia Doce, Universidade Sénior) aproximadamente 270.000 € (a que esperamos juntar mais 100.000 € quando tivermos o saldo disponível) + reabilitação Espaço Jackson – 925.000 € - Total – cultura, desporto, recreio e lazer – 1,2 milhões de euros – Um dos outros grandes investimentos que vai mobilizar 300.000 € em 2018 para passeio e estacionamento na EN 367 entre a Estrada Militar e a EN 118. – Estamos a preparar outras candidaturas aos fundos comunitários na expectativa de podermos beneficiar de alguma inércia ou de oportuna revisão das verbas. – Requalificação urbanística da aldeia do Escaroupim; - Reabilitação da Escola Primária “O Século”; - Reabilitação do Dique do Escaroupim; - Melhoria da mobilidade na Área Industrial de Pinhal Mouros/EN 114-3. – Em face da tremenda mobilização de recursos financeiros deste Orçamento para as 3 grandes obras – Centro Escolar, Jackson, e vias pedonais na EN 367 – não nos é possível afectar mais recursos a outros investimentos municipais, até porque a rede viária deixou de ser apoiada pelos fundos europeus desde 2013. – Não nos vai ser possível acrescentar muitos m2 aos 30 km e aos 2 milhões de euros que repavimentámos. – Vamos continuar com os nossos recursos humanos a trabalhar os arranjos urbanísticos, em particular a construção de pluviais, passeios e estacionamento. Alguns exemplos: - Rua da Igreja, Foros de Salvaterra (parceria que vem de trás com a Junta de Freguesia); - Área verde + parque infantil, Granho; - Área verde, Rua de Macau, em Marinhais; - EN 114-3 – Várzea Fresca; - EN 118 – Pétanca, em Muge; - Junto ao



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Parque de Jogos do Clube Desportivo Salvaterrense e Rua Pombal – Salvaterra de Magos; - Rua Joaquim Padeiro, em Marinhais; - Continuar a cuidar da Barragem de Magos; - Rua do Cocharro, em Glória do Ribatejo; - Rua Armindo de Jesus, em Muge; - Bairro Cova da Faia e Bairro D. Olga, em Muge; - Rua da Escola, no Granho; - Largo Praça Velha, em Glória do Ribatejo; - Rua da Peteja e Bairro Chesal, em Salv. Magos; - Rua de Muge, em Glória do Ribatejo. – Entre outros, vai ser uma prioridade em 2018 criar no Edifício do Cais da Vala o “Museu do Concelho – Rio, Lezíria e Charneca”. – Como sabemos o Plano e o Orçamento são intenções de investimento que em função dos meios financeiros de que dispusermos concretizaremos com maior ou menor expressão, pois nós e os funcionários municipais já damos, em grande medida, o máximo. – Fico ao vosso dispor. – Para as questões mais técnicas recorrerei ao Sr. Chefe de Divisão.” -----

--- Interveio o senhor Deputado João Caniço cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “A apresentação de um Orçamento e de um Plano Municipal são indissociáveis do espaço territorial e temporal onde se encontram inseridos, devendo ter como referência a gestão equilibrada da autarquia e a prossecução da sustentabilidade financeira da mesma, conforme é determinado pela legislação vigente. - Nesse sentido, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018 do Município de Salvaterra de Magos é na generalidade um documento de continuidade em relação ao ano anterior. Analisando o quadro resumo do Orçamento das Receitas e Despesas verificamos que praticamente todas as rubricas mantêm valores semelhantes, tanto absolutos como percentuais, registando-se variações residuais. - Também ao nível dos impostos directos que o Município arrecada directamente dos contribuintes (IMI, IUC, IMT e Derrama) se verifica uma tendência de estabilização total dos mesmos, após a forte subida registada em 2015 quando comparada com os valores de 2013 e 2014, seguida de uma quebra em 2016 em consequência da variação do IMT que é o imposto que sofre mais oscilações. Mesmo assim a estimativa para 2017 e a previsão orçamental para 2018 são superiores em cerca de 80 a 90 mil euros ao valor arrecadado em 2016 o que desmonta factualmente a propaganda do senhor presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (CMSM) que afirmava recorrentemente ter baixado os impostos no município (fê-lo é certo, mas apenas para a Derrama e em valores francamente residuais) e ter receio na



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

diminuição das receitas provenientes do IMI, o que não se veio manifestamente a concretizar, nem se prevê que possa vir a suceder. - Relativamente às transferências provenientes do Orçamento de Estado (FEF, FSM e Participação fixa no IRS) verifica-se igualmente uma tendência para a estabilização dos valores com um ligeiro acréscimo de quase 80 mil euros, pouco mais de um ponto percentual. - É sem surpresa portanto que o grosso do aumento no valor total do Orçamento ocorre na parte relativa às Receitas de Capital pela candidatura aos fundos comunitários e pelos empréstimos contraídos tendo em vista a construção do Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca, vias pedonais na EN 367 em Marinhais e a Reabilitação do Espaço Jackson em Glória do Ribatejo. - Face ao exposto, compreendemos a manutenção dos apoios financeiros e logísticos aos clubes desportivos, colectividades, IPSS's e juntas de freguesia e saudámos o incremento de 20 % no apoio concedido aos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos. Ao invés, lamentamos a recusa da implementação do Orçamento Participativo que seria no nosso entender, uma forma de aproximar eleitores dos eleitos, também nas tomadas de decisão para o nosso futuro colectivo, ainda que sob a forma de uma parcela simbólica atendendo aos constrangimentos orçamentais por demais conhecidos. - As prioridades definidas pelo senhor presidente da CMSM para 2018, tais como sejam a criação do Museu do Concelho, assim como a continuidade dos trabalhos de arranjos urbanísticos nas várias freguesias, são legítimas embora redutoras pois continua a ser por demais evidente a falta de um plano de desenvolvimento estratégico e sustentável para o município de Salvaterra de Magos. A fixação de população e dos seus jovens devia ser a principal prioridade da autarquia e para isso poder acontecer só com o direito ao emprego e a um trabalho digno. Os processos de candidatura a fundos comunitários anunciados pelo senhor presidente merecem na generalidade o nosso aval, no entanto revelam que não é prioritário para este executivo o investimento na zona industrial de Muge, o que lamentamos. - Comprometemo-nos a apoiar todas as situações e projectos que nos pareçam poder vir a melhorar efectivamente a qualidade de vida das nossas populações. Não contem connosco para demagogia, populismo e propostas irrealistas. Temos, naturalmente, algumas divergências programáticas em várias questões de fundo como ficou devidamente salientado nesta declaração de voto. No entanto, e atendendo às dificuldades de financiamento com que o



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

poder local democrático se depara, o que inviabiliza parte significativa dos investimentos desejáveis, e respeitando as opções programáticas do actual executivo, não inviabilizaremos esta proposta de orçamento. Posto isto, o nosso voto é a abstenção.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Vou começar por questionar o senhor Presidente da Câmara, relativamente a alguns aspectos que falou, simultaneamente porque não corresponde parece, relativamente ao que está exposto nas grandes opções do plano, e começo pela construção de um estaleiro e de abrigo para cães em loteamento industrial em Salvaterra de Magos. Em 2017, exactamente a mesma verba surge com os mesmos montantes, tanto no financiamento definido como no financiamento não definido, e portanto eu gostaria de perceber efectivamente, que financiamento definido se faz com 1000 euros para a construção do estaleiro para o abrigo dos animais, até porque em sede de campanha eleitoral falou-se diversas vezes na construção de um canil que abrange-se dois concelhos e portanto parece-me questionável o facto de estarmos a falar em 1000 euros para construção deste abrigo. O mesmo se passa relativamente à aquisição de serviços para esterilização de cães e outros e para isto existe um financiamento definido de 2.500 euros, eu gostaria de saber que serviços é que se adquirem com 2.500 euros, sim de financiamento definido, porque o indefinido nem sequer existe. Relativamente a algo que há pouco também falei, que infelizmente assolou através dos incêndios, quanto à questão das ajudas ou apoio à população nas intempéries, temos para aquisição de bens 500 euros, para conservação 500 euros e para apoio no âmbito da protecção civil na prevenção de fogos florestais temos 1000 euros, portanto eu gostaria de saber o que é que se faz com este dinheiro. Relativamente à vigilância na Praia Doce, o senhor Presidente à pouco falou em 23 mil euros e efectivamente o que está nas grandes opções do plano não é 23 mil euros, são 4.600 euros no financiamento não definido, é que nem está no definido está no não definido. Relativamente à requalificação da escola do primeiro ciclo da Glória do Ribatejo, incluindo o projecto, também na altura da campanha eleitoral falou-se que se deveria de requalificar aquele espaço, até podendo haver ali uma junção com a área da pré escola, algo assim do género, sendo que houve várias opiniões, como bem sabemos, mas aqui surge-nos esta rubrica, que achei interessante, e qual não é o meu espanto, que aparece também no financiamento não definido 6 mil euros, eu



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

gostaria de saber que projecto é que se faz com 6 mil euros para requalificar aquele espaço, gostaria de saber se as crianças da Glória também não merecem uma escola igualmente qualificada, com as mesmas condições dos outros que já conseguiram essas mesmas escolas, como é o caso de Marinhais e Foros de Salvaterra que está agora em construção. Quanto à questão do plano inovador do combate ao insucesso escolar, achei fabuloso o facto de não haver financiamento não definido, portanto estamos a falar de uma área geográfica que infelizmente o insucesso escolar ainda existe, existem imensas crianças e jovens a desistirem do ensino como todos sabemos, e depois para financiamento definido zero. Quanto à questão também dos serviços para aquisição de bens e de serviços nos serviços individuais de saúde, temos 150 euros, eu gostava de saber o que é que se adquire com 150 euros. Quanto ao apoio ao funcionamento aos centros de bem estar social do concelho e IPSS, qual não é o meu espanto que o valor de financiamento definido temos 500 euros, portanto aquilo a que andamos a apregoar de que estamos a fazer, portanto estamos a apoiar o funcionamento das IPSS, quando verificamos o valor exactamente estamos a falar de 500 euros. O mesmo se passa com o cartão família +, que ainda à bem pouco falado pelo senhor Presidente 150 euros, juntamos a isto, quanto à questão da conservação das habitações sociais arrendadas pelo Município 500 euros, de conservação destas habitações sociais. O mesmo se passa relativamente à requalificação urbanística da Aldeia Avieira do Escaroupim, incluindo o seu projecto. Ora em 2017 temos como financiamento definido 1.225 euros agora temos 8 mil euros, para 2018 temos 80 mil euros não definido e para 2019 temos 65 mil euros, quando no anterior, nas grandes opções do plano de 2017 tínhamos 40 mil euros para 2018. Quanto à questão do ordenamento do território, achei fabuloso o “copy past”, porque isto é literalmente um “copy past” senhor Presidente, quer das obras que são feitas quer dos valores que são apresentados, em relação às grandes opções do plano de 2017, é verdadeiramente um “copy past”, e o que é que isto significa? Significa que não foi feito nada, é a única conclusão que eu chego, então se não foi feito e se estamos a utilizar exactamente os mesmos montantes, por exemplo o caso da Estrada Militar e Cemitério em Marinhais, sabemos bem que não foram lá feitas obras nenhuma, temos de financiamento definido 1000 euros e temos de financiamento não definido 80 mil euros e ainda mandamos para 2019, 30 mil euros. Gostaria também de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

saber efectivamente, em que posição é que está a revisão do PDM, porque foi definido o valor de 47.295 mil euros, portanto gostaria de saber quanto à questão do PDM, em que situação é que está porque é um assunto que tem vindo também a ser falado nos últimos tempos. Quanto à questão por exemplo como eu disse à pouco, da “copy past” a requalificação da Travessa da Pedreira nos Foros de Salvaterra, 129 mil euros de financiamento não definido, aquisição de peças para reparação de equipamentos e viaturas de recolha, temos definido 360 mil euros e temos não definido 250 mil euros e eu pergunto se nestes montantes está aqui algum valor para aquisição de uma viatura de lavagem dos contentores do Concelho. Quanto à questão da reabilitação da escola primária “O Século”, temos aqui 125 mil euros para 2019 não é para 2018. Acrescento a isto, grandes reparações e conservações de espaços desportivos, quando eu leio grandes reparações e conservações de espaços desportivos imaginei eu que havia aqui mudanças de telhado ou algo do género, e qual não é o meu espanto que leio no financiamento definido 1000 euros e portanto eu pergunto se estes 1000 euros é para pintar o pavilhão desportivo e com que tintas já agora, se é da mesma tinta ou de cor diferente? Depois a nível de apoio ao sector empresarial temos 3 mil euros, 3 mil euros a dividir pela aquisição de equipamentos, aquisição de mobiliário e equipamento informático, pergunto eu se isto é aquilo que o senhor Presidente está a programar para aumentar o apoio ao sector empresarial, portanto o sector que poderá trazer algum tipo de dividendos para este Concelho. De toda esta análise eu chego à conclusão que estamos aqui perante um “copy past” das grandes opções do plano e portanto um orçamento de 2017, temos a reabertura de rubricas sem intenção qualquer de concretização, esta é efectivamente a conclusão que se chega daqui, existem financiamentos definidos, existe uma abertura de rubrica e efectivamente não existe a intenção de fazer absolutamente nada, porque os valores que mencionei aqui a título de exemplo, são exemplos de valores irrisórios, que nada se consegue efectivamente fazer com estes montantes, junta-se a isto um orçamento pouco sério, em que existe uma apresentação em que existe uma tendência de corresponder factualmente os factos com os valores que aqui estão e estamos aqui a mandar novamente uma quantidade de obra para 2019, 2020 e 2021 e eu pergunto se isto já é uma pré campanha eleitoral, e efectivamente chega-se uma conclusão que não existe um plano de desenvolvimento para este Concelho, não existe uma intenção



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

clara de obtenção de rendimentos e portanto de obtenção de receita, que possa levar este Concelho a um desenvolvimento superior. Acresce ainda, e agora a título de finalizar, algo que é muito importante, é os valores que o senhor Presidente tem dito que vai utilizar e que vai gastar neste orçamento do ano que vem, estamos a falar do Centro Escolar que custa 975 mil euros, mas este montante vem directamente dos apoios que foram concedidos, o mesmo se passa com o Espaço Jackson que são obtidos 600 mil euros a título de financiamento e o mesmo se passa com a construção das vias pedonais na Estrada Nacional 367, que vem 308 mil euros, efectivamente existe apenas o empréstimo para o Centro Escolar dos Foros de Salvaterra, mas todos estes montantes que o senhor Presidente tem tanto divulgado e dizendo que é obra da Câmara e vai sair do orçamento, efectivamente estes valores como o senhor Presidente bem sabe, são valores que vem de financiamentos seja do FEDER seja de outros fundos que tivemos direito e nos candidatámos, portanto sejamos rigorosos e sejamos verdadeiros, sejamos coerentes e nós temos um orçamento que deixa muito a desejar para aquilo que o Concelho de Salvaterra necessita actualmente.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Eu como sou professor, uma vez professor somos sempre professores, tive aqui a ver os montantes dedicados à educação, concordo com eles, não estão devidamente especificados, e eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara, se a nossa Câmara também dá manuais escolares a toda a gente até ao ano x ou y. Ora bem, certamente e especialmente os nossos Deputados da esquerda dizem assim é que é, pois com certeza vamos dar todos os manuais escolares a toda a gente, ora bem o rendimento que é gerado num país numa primeira fase é repartido pelos dois factores de produção, o capital e o trabalho. Depois a distribuição funcional dos rendimentos, depois à uma segunda repartição que é a repartição pessoal do rendimento, as pessoas ganham de acordo com as capacidades que tem, depois a redistribuição dos rendimentos, que é isto que se faz quando se distribuiu, quando se dá benesses é para corrigir as desigualdades que vem destas duas distribuições. Ora quando eu estou a dar manuais escolares a toda a gente, é a maneira mais estúpida de corrigir as desigualdades que vem de trás, porque eu estou a pagar os manuais da classe rica, da classe média e da classe pobre, quando eu devia subtrair esse mesmo custo à classe rica e dar bolsas de mérito e apoio escolar às pessoas que exactamente



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

precisam e não dar tudo cegamente, mas como à alguém que em vésperas de período eleitoral se lembrou disto e estamos todos a pagar por tabela.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “No que refere ao assunto do orçamento e que foi soberbamente falado aqui e devidamente rubrica a rubrica quase, portanto não vou estar aqui a fazê-lo, mas em boa verdade e depois daquilo que foi a nossa campanha eleitoral e que foi sobejamente debatido a história do investimento e da tentativa da captação de empresas era de facto a nossa esperança que conseguíssemos ver isso reflectido neste orçamento, em boa verdade e olhando para o orçamento não é isso que conseguimos ver, o orçamento para nós não é apenas um documento financeiro que no final aquilo dá zero, para nós o orçamento é também e principalmente as grandes opções do plano são documentos de visões estratégicas, são documentos de futuro e daquilo que nós queremos que seja o progresso do nosso Concelho. Neste orçamento sejamos muito sinceros, nós PSD não vimos nenhuma caminho para esse progresso, não vimos o caminho para a resolução dos problemas do Concelho nem para os problemas que são aqui enumerados para o próprio orçamento não é, nós temos aqui uma clara dependência financeira dos impostos e das transferências dos impostos directos e das transferências do Estado, e não vimos aqui nenhuma medida que nos permita aumentar os outros impostos que provêm da economia, nomeadamente a derrama, o IMI e o IMT, por consequência das transmissões conseguimos aumentar o investimento. O que nós esperávamos era realmente um orçamento que invertesse esta situação, que virasse a mesa, nós estávamos à espera que este orçamento e que estas grandes opções do plano nos dessem alguns sinais mais positivos para os investidores e para as famílias, portanto aquilo que nós queríamos era um verdadeiro caminho para o futuro e aqui não o vemos, de facto enganamo-nos este é para nós um orçamento sem ambição, é um orçamento que é mais do mesmo, mais investimentos exactamente nas mesmas coisas e até gostei de ver que o senhor Presidente na sua apresentação fez questão de incluir o valor que tem para apoio ao sector empresarial ali juntamente com o resto que estava antes, que é para não dizer que o que está definido é 3 mil euros e que no total são 25, e que aquilo que nós vimos é que de orçamento para orçamento este valor tem sempre vindo a decrescer, portanto a nossa pergunta vai no porquê, porque é que nós de orçamento para orçamento temos vindo



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

sempre a decrescer o valor de apoio ao sector empresarial, porque é que neste orçamento temos apenas contemplado como previsão 3 mil euros definidos, sendo que os restantes 22 estão como indefinidos? Isto é de facto tendencioso daquilo que nós achamos que deve ser o futuro do Concelho. Claro que vimos também coisas boas neste orçamento, com toda a certeza que o apoio às associações, colectividades que tem sido dado é positivo, vimos com muito agrado este aumento de 20% de apoio aos nossos bombeiros e isso é de facto uma medida positiva, esperemos que possa continuar e seja aumentada gradualmente, mas para já é positivo, de facto o que nos entristece é não conseguirmos ver um futuro nem nada que nos traga investimento de captação de investimento, fixação de empresas e consequentemente de famílias e isso de facto para o PSD é um factor negativo.” -----

--- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Em como disse à pouco, os inícios de mandato são sempre momentos de grande afirmação, quando nós afirmamos os nossos princípios e as nossas convicções, mas também são momentos onde nós marcamos as linhas vermelhas, até onde estamos disponíveis a ir, as linhas que nós estamos disponíveis para ultrapassar, nós encontramos-nos hoje aqui no dia 29 de Novembro, praticamente dois meses depois das eleições, e menos de um mês e meio depois da tomada de posse, naquela que é uma das, como é obvio, das mais importantes assembleias municipais, que é a assembleia municipal onde discutimos o orçamento e o votamos e aprovamos neste caso. E este orçamento que nós temos este ano é mais uma vez e isto não pode ser esquecido de forma alguma, é feito num contexto de forte constrangimento, é que apesar “das folgas” do orçamento nacional e das reversões, os efeitos das politicas para lá da troika, são e sentem-se e de que maneira no poder local, e se combinarmos isto com aquilo que foi do ponto de vista nacional, uma desastrosa preparação e implementação do Portugal 2020, que condicionou os investimentos públicos e municipais de tal maneira, se combinarmos o efeito do constrangimento das medidas para além da troika com o Portugal 2020 ou com a ausência do Portugal 2020 e com aquilo que foi a estratégia de planeamento local ou melhor a ausência de estratégia de planeamento local, isso resulta para que em 2018 o resultado é este, é uma insuficiente capacidade de investir em obras públicas no Município e um dos principais desafios que nós temos e é motivado por esta reflexão que todos nós temos de fazer em relação aquilo



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

que é um orçamento para 2018 de 2.6 números redondos e que ainda assim é mais baixo do que o orçamento de 2012, mas um dos principais desafios que esta Assembleia Municipal tem é a reflexão da preparação para o 2030, é uma reflexão estratégica sobre o futuro do nosso país como é obvio, mas em especial do nosso Concelho e nós não pudemos fugir a este debate nesta Assembleia Municipal, já chegou aquilo que aconteceu no QREN, já chega daquilo que aconteceu no Portugal 2020 e numa altura em que o Governo já está em audições e em consultas públicas sobre a estratégia nacional para o Portugal Após 2030, esta Assembleia Municipal também tem de ter aqui um papel fundamental, um papel de reflexão, de debate, de proposta e de decisão como é obvio, porque mais uma vez repito nós não podemos correr o mesmo risco que corremos quer com o QREN quer com o Portugal 2020, com uma navegação à vista que nos conduziu a um tempo em que todos os Concelhos vizinhos todos tem capacidades de investimentos via fundos comunitários muito elevadas e nós temos a capacidade que temos e eu diria simplificando e muito a linguagem, que ficamos por ausência de estratégia anterior, ficamos com as migalhas do Portugal 2020. O esforço que nós tivemos de manutenção e que resultou numa efectiva diminuição da dívida pública municipal entre 2000 e 2013, tem também um reverso deste esforço, que impede o anúncio pomposo de grandes obras e como é óbvio isto dá espaço a toda a retórica e a toda a demagogia das oposições, sem dúvida nenhuma que dá, mas no entanto convém não esquecer que há menos de um mês e meio houve um resultado eleitoral e resultado eleitoral esse que confirmou o rigor e a confiança na estratégia que foi seguida, foi um povo sereno, atento e soberano, que decidiu e decidiu bem digo eu, e acredito que dizemos todos isso, todos aqueles que acreditam na capacidade de decisão das pessoas, e aproveitava então aqui, que à pouco não o fiz, para felicitar como é óbvio todos aqueles que foram eleitos para os demais órgãos autárquicos, das presidências até aos membros das assembleias, felicitando os que ganharam, também felicitando os que perderam, porque é a alternativa que apresentaram suscita ao debate e suscitou participação e com esta felicitação desejar também e como é óbvio um excelente mandato a toda a gente, onde seja possível concretizar, integrar, consensualizar e chegar a compromissos, e à compromissos entre todos e que esta capacidade seja suficientemente forte para substituímos a demagogia e o populismo que é muito fácil de lá chegarmos, pela política



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

como é óbvio, pelo debate, pelas propostas e pela decisão, e pelo respeito, pelas decisões, pelo respeito pelos outros e pelo respeito pelas decisões que a maioria tiver que tomar. Eu aproveito também esta oportunidade, com a devida tolerância, só porque provavelmente esta vai ser a minha última intervenção de fundo sobre aquilo que é a espuma dos dias, o debate da intervenção praticamente diária, numa reunião que não é, como é óbvio, politicamente fácil, numa reunião onde tivemos de, para ser rigorosos e sérios com os termos, não foi aumentar a variável de imposto foi não diminuir, que esta é uma decisão que nós tomamos todos os dias, eu pedia-vos com toda a sinceridade que o debate político pudesse ter em torno das propostas e daquilo em que nós acreditamos nas propostas. Eu vou-vos poupar como é óbvio, a análises refinadas sobre aquilo que foi o trabalho realizado, sobre o que é que está previsto neste mandato, aliás o senhor Presidente já fez essa apresentação com detalhe e com o rigor que já nos habituou, mas pedia-vos com toda a sinceridade que substituíssemos o debate das redes virtuais, que não o transportássemos das redes virtuais para a Assembleia Municipal e que aqui efectivamente discutíssemos de forma séria, propostas que visem o desenvolvimento do Concelho com base na realidade, não é com base em pressupostos que não existem, porque é impossível nos dias de hoje prometer tudo a todos e muito menos é possível ou sequer aceitável que dois meses depois das eleições o grau de exigência para concretização dos compromissos assumidos com o eleitorado seja aquele que já estamos a assistir, temos de ter esta capacidade de resistir a esta tentação, porque os resultados foram o que foram, e sobre isso não há equívoco absolutamente nenhum.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Não me vai ser fácil naturalmente como compreendem pela vastidão de perguntas colocadas responder a tudo, mas vou dar o meu melhor. Em relação ao senhor Deputado Emílio Coelho, dizer-lhe que em relação à questão dos manuais, os manuais são suportados pela Administração Central portanto pelo Governo, de acordo com os critérios que o próprio Governo definiu, o que a Câmara Municipal decidiu tem a ver com os cadernos de exercícios, porque não estão incluídos nos manuais escolares e aí a Câmara Municipal manteve a política que tem sido seguida pela Câmara Municipal gerida pelo Partido Socialista e que era de alguma forma aquela que vinha de trás, embora agora outros queiram corrigir isso, ou ter uma opinião um



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

bocadinho diferente que é respeitar a avaliação que é feita dos abonos de família dos agregados familiares. Existem agregados familiares que estão no escalão A de apoio social e a esses a Câmara Municipal oferta os cadernos de exercícios, e aos que estão no escalão B oferta 50% dos cadernos de exercício, portanto procuramos por essa via respeitar a avaliação que é feita, porque não é tudo igual e portanto nesse aspecto procuramos respeitar o princípio da justiça social definida pela taxação dos nossos impostos. Em relação à breve intervenção do senhor Deputado Nuno Antão, só porque eu sei que ele não quis dizer isso mas disse-o, não há grandes obras o caraças, eu espero que os senhores Deputados tenham a noção de que termos a decorrer com o mesmo orçamento, um Centro Escolar, um espaço cultural como o Jackson e 400 mil euros, são 3,7 milhões de euros de investimento a decorrer. Disse a senhora Deputada Marta Jorge a quem eu me reportarei, tudo com o apoio dos fundos comunitários, obviamente, 2,4 milhões portanto há 1,4 milhões que tem de ser com o orçamento municipal, dos quais 500 mil vem de empréstimo, 800 mil vem da receita do próprio Município, e portanto à grandes obras a decorrer muito longe das eleições de 2021, temo mesmo enquanto autarca que as pessoas se esqueçam, claro que cá estarei para lembrá-las na altura devida, porque estar a fazer 3,7 milhões de obra no primeiro ano do mandato, desculpem é inigualável nos últimos 20 a 30 anos da gestão do Município, portanto isto também de alguma forma responde aqueles que estão a guardar as grandes obras para o período das eleições, tomara eu ter essa possibilidade que as farei seguramente, em nome do Município, e até para ganhar as eleições também. Em relação à intervenção da senhora Deputada Flávia Santos do PSD, a primeira obrigação do erário público é cuidar do público, até fica um bocadinho mal ao seu discurso, um discurso do PSD que eu respeito, “ai ai que a Câmara não cuida das empresas”, a primeira obrigação da Câmara Municipal é cuidar daquilo que é público, é cuidar dos passeios, é cuidar das pessoas, acção social, educação, esta é a primeira obrigação da Câmara e a senhora Deputada teve dificuldade em ver no orçamento, provavelmente por inexperiência teve dificuldade em ler no orçamento os apoios às empresas, mas olhe que eu tenho muito mais facilidade em vê-lo, agora se calhar não é dando dinheiro às empresas, não sei se era isso que falava ou tinha em mente a subsídioção pelo orçamento da Câmara das empresas, ou dos empresários, quero crer que não, foi uma leitura simplista. Nós quando fixamos uma derrama



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

com valores abaixo dos limites que podíamos fixar, quando fixamos o IMI abaixo dos valores que podíamos fixar, bem abaixo diga-se, estamos a ajudar as empresas a fixar-se no nosso território e estamos a prescindir da receita que fica nos cofres das empresas, contabilize e faça as contas, porque como não entra o dinheiro a senhora não foi capaz de contabilizar mas se calhar tem de contabilizar, porque quando nós não aplicamos 0,45% e aplicamos 0,35% o orçamento público da Câmara prescindiu de 0,10% do IMI sobre as instalações das empresas do nosso Concelho por exemplo, mas também vejo no orçamento que quando nós estamos a apostar fortemente e com investimentos na cultura e no desporto, na promoção do que é nosso, na promoção das nossas riquezas e do nosso património endógeno, quando estamos a apostar no rio, estamos a apostar na visitação, estamos a apostar em pessoas que vêm ao nosso Concelho, estamos a apostar na economia local, tem de contabilizar se calhar tem de pedir ajuda ao professor Emílio, embora seja do grupo parlamentar do CDS, tem que lhe pedir ajuda para ele poder de alguma forma, tentar ver quais é que são os imput's que esta nossa decisão tem na economia local, porque a ideia de ter ali uma rubrica de apoios aos empresários e toma lá 200 mil euros não existe. Não existe em nenhum orçamento do Município do país, agora existem estas decisões políticas que são tomadas pela Câmara Municipal no seu conjunto e depois mais tarde na Assembleia Municipal, isto é apoio às empresas, portanto a senhora tem de ver com mais cuidado. Quando nós apostamos em grandes obras de investimento na educação, estamos a apostar nos jovens, estamos a apostar no futuro, estamos a apostar na aprendizagem, quando nós apostamos no mês da enguia, não é para a Câmara vender nada, estamos a apostar nos produtores locais, estamos a apostar nos artesãos e estamos a apostar nas nossas associações e colectividades que tem um palco de divulgação, e algumas felizmente tem feito algum trajecto, ainda não muito significativo mas algumas já fazem trajecto a nível regional, já tocam em outros locais, já expõem em outros locais, quando nós gastamos dinheiro público na Feira de Magos promovendo e expondo os produtores locais que estejam disponíveis, todos os serviços que estão ligados ao sector agrícola, estamos a apostar na economia, estamos a apostar nos empresários, quando apostamos na Praça Comvida, e eu não queria ser muito exaustivo, mas quando apostamos na Praça Comvida, nós conseguimos transportar para a praça mais economia e quem é que está



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

na praça, alguns artesãos e produtores locais, economia local. Temos agora este evento do “Natal e da Economia Local”, estamos a chamar a atenção para quem vive no nosso Concelho que é útil, à empresas, à empresários, que à quem esteja no território do Concelho que precisa se calhar que as pessoas se habituem a comprar lá mais e até tem a sorte porque a Câmara fez esse projecto com a Associação de Comerciantes de Coruche e Salvaterra, até tem hipótese de se habilitarem a ter um vale de compra, portanto estamos a chamar a atenção, estamos a investir dinheiro. Peço-lhe desculpa mas a sua visão simplista da rubrica dos 3 mil euros ou qualquer coisa, é uma visão redutora e também não sei como é que a Deputada que propôs baixar os impostos quer mais investimento, não consigo perceber, porque o PSD que tem sido o paladino do rigor em Portugal das contas públicas, não pode propor isto e o contrário ao mesmo tempo, tem de ser coerente, tem de me dizer assim, senhor Presidente retire por favor, na nossa opinião do PSD a nossa proposta é retire x milhares de euros desta rubrica e ponha naquela, mas isso a senhora não fez, mas se calhar tem de fazer no próximo orçamento para eu dar credibilidade à sua intervenção. Senhor Presidente retire 100 mil dali e ponha naquela rubrica e nós avaliaremos. Em relação à intervenção da senhora Deputada Marta Jorge e dizer-lhe que pegando um bocadinho na afirmação que retive da análise do “copy paste”, pois em equipa e em projecto e em ideias e em investimentos que ganham, se calhar é bom não mexer muito, não é? Se calhar é prudente que quem governa esta Câmara, seja ele quem for, que perante processos e projectos e orçamentos que ditaram a vitória eleitoral que tivemos, se calhar é útil, que nós tenhamos continuidade no projecto e na estratégia que definimos desde 2013 e que teve bons resultados quer para o Concelho quer neste caso, e em particular, para o Partido Socialista. A ideia de que é um orçamento de continuidade, que foi a afirmação que fez o senhor Deputado João Caniço e de alguma forma a senhora Deputada Marta Jorge, para mim é um elogio, portanto obrigado por reconhecerem que de facto é um projecto com continuidade naquilo que era feito. Depois a senhora Deputada, fez um conjunto de intervenções que eu não tenho a ousadia de responder a todas, eu responderei só a algumas, aquelas que consegui apontar, também peca de alguma forma pelos mesmos moldes, a senhora Deputada votou a redução de receitas da Câmara e depois ainda, enumerou um conjunto de rubricas onde não havia dotação ou pouca dotação, é um



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

milagre, alguém que quer reduzir mais as receitas da Câmara, depois querer que se meta mais dotação em algumas das rubricas, isto do ponto de vista genérico, isso não existe, obviamente que algumas rubricas tem explicação, porque é que tem pouca dotação, e é essa tentativa que eu vou fazer de explicar, na medida do possível, algumas das rubricas. Uma das referências que foi feita, tem a ver com a questão do canil, o canil tem uma rubrica que está em debate e também com a esterilização faremos a melhor esterilização, que formos capazes de fazer dos animais que vamos recolhendo no canil, com a verba que temos no orçamento, e quando a verba de esterilização dos animais do nosso canil tiver esgotada, naturalmente, que procuraremos dotá-la com mais verba. Em relação à questão do canil à a perspectiva intermunicipal de construção de um canil, e nós temos a rubrica aberta, porque precisamos dela no sentido de, se esse projecto intermunicipal, que esteve já marcado para Santarém, e agora está em discussão, penso que amanhã, não sei se vai ser tomada a decisão, mas estão na mesa dos senhores Presidentes de Câmara da Comunidade, a possibilidade de o construir na Chamusca ou em Santarém, obviamente condicionantes muito diversas umas das outras, circunstâncias várias e se houver decisão de construir um canil intermunicipal, pode não se justificar a necessidade de construir um canil municipal, temos a rubrica prevista aberta para a eventualidade de esse projecto não ter possibilidade de concretizar, e portanto, já foi essa explicação que eu dei no mandato anterior e volto a repetir, temos a rubrica aberta como uma forma cautelar, de podermos se for necessário, dotando aquela rubrica com mais verba que obviamente que teremos que retirar de outro lado, portanto abertura de rubrica para garantir a continuidade do projecto, a nível municipal, se não for possível, fazê-lo a nível intermunicipal. Senhora Deputada, eu espero bem que os 500 euros para as intempéries cheguem, espero bem, fico contente que cheguem e têm chegado, se precisarmos de mais temos a rubrica aberta, temos a possibilidade de dotá-la com uma simples alteração orçamental, que é decidida pelo executivo da Câmara, sem ter necessidade de vir à Assembleia Municipal, sem ter necessidade de perante uma situação de calamidade de não termos ferramenta para poder agir, assim passámos a ter uma ferramenta para poder agir. Em relação à verba da Praia Doce e do quartel, senhora Deputada nós além de verba, eu não ludibriei temos também o quartel da GNR e eu referi-o, faz parte dessa verba, quando tivermos a inclusão do saldo, porque a



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

vigilância da Praia Doce, é como sabe, nos meses de verão e a inclusão do saldo é no mês de Abril, já está explicado aos senhores Deputados de que uma parte desse saldo que transitar desse ano, será para a vigilância da Praia Doce e, portanto, a rubrica está prevista em não definido, com o objectivo político de ser cumprida, e para termos vigilância da Praia Doce a partir do mês de Abril, seguramente só teremos a partir de Junho ou Julho quando a Praia Doce estiver a funcionar. Em relação à ideia de que se pode fazer tudo ao mesmo tempo, senhora Deputada eu posso fazer um projecto da EB 1 da Glória do Ribatejo, se tiver essa vontade política e essa disponibilidade, ainda que as prioridades deste Presidente de Câmara para a Glória do Ribatejo, porque é um assunto que está muito agora na berra de alguma informação publicada, já foi dito e já foi explicado. Primeiro o Espaço Jackson, seguidamente e tem a ver com o financiamento, lar da terceira idade, balneários do Sport Clube de Desportos e depois a requalificação da escola da Glória do Ribatejo, são objectivos políticos e vamos ver como é que os podemos concretizar e a dinâmica da prioridade dois e prioridade três, porque a prioridade um é o Jackson e já está em curso, a prioridade dois, a prioridade três e a prioridade quatro, depende naturalmente, de conseguirmos financiamento público ou comunitário para o lar em parceria com o Centro de Bem Estar Social da Glória, ou não conseguirmos financiamento para o lar, passaremos seguramente para os balneários e depois ou antes, conforme os financiamentos que conseguirmos para a escola, lembrar que a escola está assim também, depois de terem sido feitos investimentos em Salvaterra, em Marinhas, nos Foros, tem sido sequencial e, portanto, seguramente que há intenção política de poder qualificar também o mais possível a escola da Glória do Ribatejo, onde apesar de tudo tivemos o cuidado de lá por melhores sistemas informáticos, algum mobiliário também novo, mas seguramente será sempre preciso fazer mais investimento nem que seja ao nível da qualificação do espaço exterior também. Depois dizer-lhe que a senhora Deputada ironizou, tão mal esteve, porque revela de facto desconhecimento das situações, o plano que nós criámos com os outros colegas Presidentes de Câmara, do sucesso escolar, ou seja, nunca houve nesta região um plano na área da educação que visasse promover o combate ao insucesso ou promover o sucesso escolar, nunca nem nos 16 anos de governação anteriores, nunca! Foi criado no âmbito da Comunidade Intermunicipal, um projecto de uma candidatura aos fundos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

comunitários para este fim, a Câmara Municipal se vir a candidatura aprovada, como as outras Câmaras Municipais, vamos ter um plano de promoção do sucesso escolar a nível da região, impar e a senhora Deputada conseguiu encontrar nisto, forma de criticar, porque não está dotado financeiramente, porquê? Porque o financiamento é comunitário. Outra referencia que a senhora Deputada fez também com ironia, teve a ver com a habitação social que grande parte das intervenções das habitações sociais são feitas pelos nossos operários e portanto os custos desses operários estão reflectidos na rubrica de pessoal, e portanto, haverá seguramente, alguns dos materiais estão já adquiridos, estamos neste momento a reabilitar, salvo erro, 3 habitações em simultâneo, já reabilitamos e eu não lhe quero mentir senhora Deputada, no nosso mandato 11 ou 12 habitações sociais das 38 que existem, e se reabilitarmos 11 ou 12, é porque não estavam reabilitadas e vamos ter de continuar esse processo, espero que neste mandato e no próximo mandato, se merecer a confiança dos eleitores, possamos ter todo o bairro requalificado, porque antes não estava e agora vai passar a estar. Em relação à questão da requalificação da Aldeia Avieira do Escaroupim, e tentando ser mais célere, o financiamento a existir, e eu expliquei isso na intervenção inicial que fiz, a senhora Deputada não ouviu. A requalificação da Aldeia Avieira do Escaroupim é uma intenção de candidatura que temos aos fundos comunitários, está plasmado no orçamento da Câmara sem financiamento, porquê? O financiamento comunitário e a componente que houver no financiamento, ou é feita com o nosso orçamento, ou tem de ser feita por empréstimo bancário, portanto está aberta a rubrica para podermos apresentar a candidatura aos fundos comunitários. Quanto à revisão do PDM, não me leve a mal mas não é a altura de fazermos o ponto da situação, está prevista a verba, porque é assim que é obrigatório contabilisticamente, porque à um compromisso financeiro assumido, com a equipa que tem de fazer a parte da revisão do PDM, assim que tenhamos a carta da reserva ecológica aprovada, que é um compromisso já antigo, é o montante desse compromisso que está plasmado "copy past" do ano passado para este ano, para podermos garantir esse compromisso financeiro. A Travessa da Pedreira nos Foros de Salvaterra, senhora Deputada, não fique preocupada, não tem financiamento definido porque nós temos um projecto que está a ser executado de alcatroamento, lancilagens e passeios, e esse projecto se tivermos que fazer, a obra da Travessa da Pedreira será feita também ou com



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

financiamento do Município ou com financiamento de empréstimo bancário, se entretanto conseguirmos amortizar empréstimos bancários que permitam encaixar esses montantes nessa obra, portanto está prevista a obra e a dotação depois da rubrica, depende do montante do orçamento que esse projecto venha a ter, é uma obra que só será feita com a conclusão do Centro Escolar e arranjos exteriores, porque não podemos estar primeiro a arranjar cá fora, e depois a partir por causa da obra que está actualmente em curso. Eu não queria tomar muito mais tempo, a escola “O Século” está dotada com verba, eu peço desculpa se tiver errado, de 25 mil euros creio, estou a citar de memória, porque nós queremos fazer um projecto, e eu também disse isso na intervenção inicial, queremos desenvolver o projecto técnico da escola “O Século” para depois podermos apresentar uma candidatura aos fundos comunitários, na área da regeneração urbana, para poder fazer a reabilitação dessa escola, se conseguirmos financiamento, portanto algumas rubricas estão abertas e já era assim no passado, para serem ferramentas que nós usamos em caso de necessidade, outras estão abertas à espera da inclusão do saldo do mês de Abril.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “Em primeiro lugar, agradecer aqui a gentileza de me ter oferecido, para aprender com o professor Emílio alguma coisa, felizmente já tive esse privilégio, foi meu professor e aprendi bastante com ele, com toda a certeza que irei aprender muito mais. Depois dizer senhor Presidente, fica-lhe um bocadinho mal desvalorizar as competências das pessoas e isso realmente não lhe cai bem! Mas se quer atrevimento, se calhar vou ter que lhe dar algum, está-me a dizer que toda a promoção que faz, e que eu não estou a desvalorizar, note-se, porque pelo vistos nem sempre percebe muito bem aquilo que eu tento dizer, é em larga medida e sobejamente suficiente para criar aquilo que nós precisamos de investimento, em boa verdade que eu nestes 4 anos de mandato não consegui ver isso dessa forma, não consegui ver quantas dessas visitas é que trazem realmente lucro aos nossos comerciantes, não consegui ver quantas dessas visitas é que almoçam em Salvaterra, quantas dessas visitas é que dormem em Salvaterra, bom dormir não dormem porque não temos condições para tal, não é! Mas se quer que lhe fale em trocas de rubricas e não, eu não quero que o senhor Presidente dê dinheiros às empresas, eu quero é que criamos condições melhores, para que essas empresas se possam fixar no nosso Concelho. E se



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

quisermos falar em trocas de rubricas, por exemplo podemos começar pela Feira de Magos sem desvalorizar o evento, porque eu não o desvalorizo, mas em boa verdade é uma rubrica que está orçamentada mais ou menos na ordem dos 80 mil euros, e espero não estar equivocada, e que não trás visibilidade às empresas que deveria, porque elas realmente lá estão mas não fazem negócio, e a verdade é que tem bandas que as pessoas não vêm e tem artesãos que as pessoas não visitam, e isso foi aquilo que eu vi no último ano da Feira de Magos, se calhar podíamos começar por aí, é só uma proposta.” -----

---- Interveio o senhor Deputado João Caniço dizendo o seguinte: “Era só aqui uma breve referência sobre a questão da igualdade de oportunidades e sobre a Constituição da República Portuguesa a de 1976 e não a outra, como parece que à aqui pessoas que gostariam de ver mais. A atribuição dos manuais escolares é justa, porque há o direito à educação, à o direito à saúde, à o direito à habitação, e tanto uma pessoa pobre como uma pessoa rica tem direito aos manuais escolares. A outra questão é sobre prometer tudo a todos, isto realmente deixa-me aqui um bocadinho a reflectir, sobre estes dias sobre as rendas energéticas, sobre quando se promete uma coisa a uns e depois volta-se atrás e acaba-se por dar sempre aos mesmos.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Senhor Deputado eu peço imensa desculpa, mas o senhor talvez não compreenda o que é a redistribuição do rendimento, certo? Depois do 25 de Abril, cometeu-se o erro de financiar um pacote de alimentação disto e daquilo, e chegou-se à conclusão que se estava a financiar, que os ricos também podiam comprar aquilo e retirou-se, repare esta experiência já foi feita após o 25 de Abril, um cabaz com aqueles alimentos necessários para o dia a dia e parte era financiado pelo Estado. Os preços não eram preços reais e chegou-se à conclusão que se estava, tanto era para aquele pobre como era para o rico. A redistribuição do rendimento é para colmatar essas desigualdades, é para as pessoas que não tem nada, o Governo Central ou o Governo Local dar certas coisas, porque lhe aumenta o rendimento, é despesas que já não fazem, portanto esta é que é a realidade. Ora repare em uma coisa, se eu estou a dar manuais escolares às pessoas que não tem necessidade, eu estou a manter as assimetrias financeiras entre as classes sociais.” -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a seguinte declaração de voto:



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

“Concordo com a proposta de Orçamento para 2018, nas suas linhas gerais, nomeadamente: -

1. A reposição, e não aumento das taxas fiscais, para os níveis do tempo da gestão do Bloco de Esquerda/CDU, que as subiu em tempos do Memorando, adicionando-as aos acréscimos do Governo de então. As atuais decorrem da baixa que a gestão do PS fez na Câmara, em tempo de Crise e gestão da PAF CDS/PP no Governo. – As taxas repõem-se agora para os níveis do tempo do BE, quando o Governo desce o IRS. Assim, não se agrava o nível de imposto das famílias. O Município não aguentaria uma segunda vaga de descida do IRS, caso também mantivesse as suas taxas mais baixas, pois a percentagem afeta aos municípios já descerá pelo impacte dos desagravamentos a efectuar pelo Governo Central em 2018. – 2. Concordo com os investimentos a fazer no Jackson na Glória, no Centro Escolar dos Foros e no ordenamento da EN 367 em Marinhais, como obras importantes e fundamentais, num ano em que se recuperam os salários. Não se concorda com a estratégia alternativa das oposições, que propõe a redução da receita e o aumento da despesa, sem compensações. Sobretudo numa parte das oposições. Há duas estratégias de gestão orçamental: o equilíbrio contabilístico proposto pelo PS ou o desequilíbrio contabilístico, como o que chegou a Misericórdia, com um défice asfixiante, na gestão correspondente ao exercício do mandato dos órgãos sociais em que fez parte a candidata do PSD. – 3. Manifestar a minha solidariedade com o Presidente da Câmara, face ao ruído instalado sobre a construção dos Balneários no Campo de Futebol da Glória, a fazer após as obras do Jackson, não construídos em 16 anos de mandato do BE/CDU, e sabendo a história do arrelvamento do campo e da posição sobre ele da liderança do BE na Câmara, que eu ou o atual Presidente da União de Freguesias testemunhámos. Sobre os balneários, pode-se ainda, acrescentar, a estes testemunhos, os do Rogério Gacha, aquando das afetações dos fundos provindos das vendas da sucata, decorrentes da extinção da Raret. Na Glória, Lar e Balneários são os projectos estratégicos. É por saber que os Balneários irão ser executados, e que a oposição não soube fazer, que querem criar a ideia que o vão ser pela sua pressão. Assim, serão feitos, contudo quando forem programados.”-----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Em relação à questão da senhora Deputada, não querendo naturalmente participar no debate legítimo que



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

possa ter, portanto fica registado em acta que a Deputada do PSD, sugere que se retirem em verbas da Feira de Magos, até para eu ter a oportunidade depois, na sua realização de 2018 de explicar isso aos senhores artesãos, e aos empresários que estão no certame, de qual é que era a posição do PSD em relação a isso. Dizer também à senhora Deputada que, se calhar, tem de visitar a feira, nas bandas que diz que não estava ninguém, porque eu estive lá e lembro-me de casa cheia nos Pílinha, na Rita Guerra, no David Antunes, nos Anjos, no Miguel Ângelo, e na Flávia Rebordão. Fica registado também em acta que a senhora Deputada, não esteve em nenhum destes eventos de cariz musical, e provavelmente esteve apenas naqueles em que nós procuramos promover os nossos artistas, como a Escola O Bataque, como o grupo O Xerife e outros grupos da nossa praça, que objectivamente não catapultam multidões, mas tem a oportunidade de tocar para o público, onde estão a custos completamente razoáveis para o orçamento municipal.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 18 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro), 5 abstenções (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU) e 2 votos contra do PSD, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes) para o ano 2018. -----

---- A bancada do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “*O Partido Socialista reforçou a sua maioria nas últimas eleições autárquicas, conquistando a estabilidade de governação que os nossos municípios entenderam entregar-lhe. O PSD respeita, integralmente, a decisão da nossa população, e entende que o PS tem reunidas as condições para governar nos próximos 4 anos de acordo com o programa que foi apresentado e que foi o mais votado. – No entanto e no que ao orçamento e as grandes opções do plano para o ano 2018 diz respeito verificamos, mais uma vez, a falta de visão estratégica e de compromisso para o progresso do nosso concelho, Mais, estes documentos veem acompanhados do aumento de um ponto percentual da taxa variável de IRS. – Passados menos de dois meses das eleições autárquicas é colocado a votação o aumento do IRS para o ano 2018, assente no impacto que o descongelamento das carreiras da administração pública irá ter no orçamento do município e*



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

no aumento do SMN. Estas medidas de reposição eram do conhecimento geral bem antes das últimas eleições e nunca este aumento foi anunciado, pelo que não foi sufragado pelos nossos munícipes. – Acredita o PSD que a compensação destes custos poderá ser feita sem que se recorra ao aumento de impostos, prova disso é que no ano 2018 este acréscimo de custos terá de ser compensado com outras medidas, já que a receita proveniente do aumento de IRS só será sentida em 2019. – Mais, acreditamos que quaisquer medidas que onerem as nossas famílias deverão ser sempre acompanhadas de medidas que sinalizem uma mudança de paradigma e que potenciem o crescimento do concelho. – No entanto os documentos apresentados padecem da, quase, total falta destas medidas. Não apresentam medidas que promovam a captação de investimento privado e de fixação de empresas, condições essenciais ao desenvolvimento económico e à criação de dinâmica competitiva no concelho. Este orçamento dá-nos sinais de falta de ambição e abandono da visão de criação de emprego que o PSD considera fundamental. – Estas medidas são essenciais para dar sinais positivos aos investidores e para o aumento da receita proveniente dos impostos diretos (IMI, IMT, Derrama e IUC). O Partido Social Democrata está disponível para participar no desenvolvimento, e aprovar soluções que cumpram estes objetivos. – Pelo exposto o grupo municipal do PSD vota CONTRA a taxa variável de IRS, o orçamento e as GOP para o ano 2018.” -----

Ponto nove - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 para 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012 para o ano 2018. -----

Ponto dez - Renovação dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 23 votos a favor (14 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Independente Dina Monteiro), e 2 abstenções da bancada da CDU, aprovar a renovação dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias. -----

Ponto onze - Seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a manutenção das coberturas e capitais da apólice de Seguro de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais (Órgão Deliberativo) actualmente em vigor. -----

Ponto doze - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de recinto de diversão provisória e licença especial de ruído, para a realização de um Baile – Comissão de Festas em Honra de São Miguel Arcanjo 2018 de Marinhas – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto treze - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de Exploração do Bar do Ringue – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

---- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho, não participou na discussão do ponto, e ausentou-se da sala, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º, do CPA, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto catorze - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de ensaio do rancho – Rancho Folclórico As Janeiras de Glória do Ribatejo – Para deliberação -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto quinze - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de recinto de diversão provisória, para a realização de festa de Aniversário da Associação – Associação Academia de Artes, Cultura e Formação “O Batuque” – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto dezasseis - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de licença de recinto de diversão provisória, para a realização do V Festival das Sopas – Associação Marchas Populares “Coração do Ribatejo” - Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto dezassete - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de recinto de diversão provisória, para a realização de Baile – Associação Febre Amarela – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto dezoito - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de “Passeio de Bicicletas Antigas” – Associação de Cicloturismo do Granho “Os Ciclopampas” – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

taxas. -----
---- O senhor Deputado António Oliveira, não participou na discussão do ponto, e ausentou-se da sala, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º, do CPA, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto dezanove - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de um Passeio Todo o Terreno pelo Concelho de Salvaterra de Magos – Associação dos Amigos das Festas dos Foros de Salvaterra 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto vinte - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de ocupação da via pública, para a realização de uma Prova Desportiva – Agrupamento de Escolas de Marinhas – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto vinte e um - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de ocupação da via pública, para realização de Mostra de Artesanato e Produtos Regionais – Associação Ternura Popular – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto vinte e dois - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de ocupação da via pública, para a realização de uma “Caminhada com as Estrelas” – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

---- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho, não participou na discussão do ponto, e ausentou-se da sala, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º, do CPA, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto vinte e três - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a “Comemoração do Dia de S. Martinho” – Rancho Folclórico As Janeiras de Glória do Ribatejo – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto vinte e quatro - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de Baile de São Martinho – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

---- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho, não participou na discussão do ponto, e ausentou-se da sala, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º, do CPA, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto vinte e cinco - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e de licença de recinto de diversão provisória, para a realização de uma “Festa mixedparty” – Associação de Estudantes da Escola E.B. de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Ponto vinte e seis - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído e licença de recinto de diversão provisória, para a realização de “Festa de Angariação de Fundos para os Bombeiros Voluntários” – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

---- O senhor Deputado Nuno Antão, não participou na discussão do ponto, e ausentou-se da sala, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º, do CPA, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Ponto vinte e sete - Isenção de pagamento de taxas inerentes á emissão de licença especial de ruído, para a realização de “Baile do Magusto” – Comissão de Festas em Honra de São Miguel Arcanjo 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas. -----

Ponto vinte e oito - Estimativa de valor de isenção do pagamento de taxas até ao final do ano de 2017 e para o ano de 2018 - Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas até ao final do ano de 2017 e para o ano 2018, no valor global estimado de € 5.000,00. --

Ponto vinte e nove - Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços e do Mapa de Pessoal do Município de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Nesta proposta de alteração de estrutura e organização do Mapa de Pessoal, o Bloco de Esquerda reconhece a importância e necessidade de contratação de novos funcionários com a intenção de promover a melhoria dos serviços municipais, no entanto a criação de dois cargos de direcção intermédia



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

levanta muitas dúvidas quanto à sua utilidade e necessidade, basicamente estes dois elementos vão ser chefes de si próprios, portanto não se percebe ao certo qual é que é a necessidade de criação destes, se fosse possível a explicação, não conseguimos atingir, e mais grave ainda, na nossa perspectiva, é quando ainda há pouco se debatia e se continua a debater em relação ao orçamento, à necessidade do aumento de receitas para compensar o aumento das despesas, e a solução encontrada tem sido o aumento de impostos, e agora já não há problema de fazer este aumento, criando estes dois cargos de chefia intermédia. Assim sendo o Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta, por esta situação em específico.” ---

---- Interveio o senhor Deputado João Caniço dizendo o seguinte: “A minha questão também tem a ver um pouco com aquilo que o Deputado Nuno Monteiro aqui trouxe, eu percebo que através da lei 75/2013 que dá ao executivo, que dá à Câmara Municipal e ao Presidente, a possibilidade de poder criar estes cargos de direção intermédia, nomeadamente, neste caso de 3.º grau, mas também voltando um bocadinho atrás à questão da subida do IRS, e na altura o senhor Presidente, acabou por não falar nada sobre isto também, quero perguntar-lhe se a criação destes cargos são realmente precisos ou mesmo significativos, e também se sabe ou se tem noção em que medida é que isto vai fazer com que os rendimentos, os salários na Câmara Municipal irão subir.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Não há assim muito a dizer, nós estamos a prever a possibilidade e não é só disso, é também de cantoneiros de limpeza, auxiliares de acção educativa, vigilantes, o quadro da Câmara tem de ter alguma elasticidade e alguma plasticidade, para que em cada momento e em função das circunstâncias possamos reagir. Neste momento os funcionários da Câmara são 231 salvo erro, número que não foge muito ao que recebemos, e portanto vão-se manter neste grosso o modo neste número, gostaríamos de ter mais receitas correntes, para podermos contratar mais funcionários, nomeadamente nas áreas de educação e nas áreas da limpeza e suprir algumas necessidades que temos, ao nível de engenharia e ao nível de outras áreas mais técnicas, mas de facto o quadro ao ser criado não implica necessariamente a dotação, porque como sabem a Câmara depois tem de aprovar a abertura de concursos, e nós estamos neste momento a criar um quadro de pessoal, que esperamos que fique com folgas bastantes, para que cada vez que



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

tenhamos de abrir um lugar possamos tomar essa decisão na Câmara Municipal, sem necessariamente estar a convocar uma Assembleia Municipal, para alterar o quadro de pessoal. Em relação à pergunta concreta, não tenho por certo que vamos dotar esses dois lugares, tenho por certo que eles fazem sentido no contexto da organização dos serviços da área administrativa, até se podia perguntar se não vamos ter que evoluir também para cargos intermédios por exemplo, na área da contabilidade, porque na área administrativa nós temos dois coordenadores técnicos em duas das secções, que é de recursos humanos e a de expediente salvo erro, e não temos ninguém na área dos impostos, taxas e licenças, e não temos ninguém na área jurídica ou de direito, portanto estamos a criar os lugares não necessariamente, até porque se tomarmos a decisão política de os dotar, são concursos públicos e temos de preparar esses dossier, e ser novamente submetidos à aprovação. Portanto, a crítica que vamos aumentar, ainda não colhe, porque não está tomada a decisão de contratar, obviamente se tomarmos essa decisão de contratar, obviamente que a despesa com o pessoal sobe, porque são mais recurso que entram, ou se for alguns dos que temos na Câmara, é um acréscimo de vencimento que sobe, portanto obviamente que sobe, mas isso também pode resultar imagine de um ou outro funcionário mais antigo e na entrada de outros funcionários mais novos, e infelizmente para os mais novos os vencimentos com que entram são muitas vezes inferiores àqueles vencimentos, mesmo nas mesmas carreiras do que aqueles que acabam por sair, portanto nós temos de facto de ter essa elasticidade na estrutura orgânica, que nem sequer é muito ambiciosa, mas não sabemos e com toda a sinceridade se vamos poder dotar. Gostava muito de poder recrutar e provavelmente, vamos recrutar numa fase mais inicial, se calhar, até pedreiros, para podermos fazer mais obras primeiro, se calhar do que propriamente técnicos superiores ou cargos de chefia intermédia, porque estamos a sentir a necessidade de eles agora.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 18 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro), 3 votos contra do BE e 4 abstenções (2 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU): -----

---- a) Aprovar a criação de dois cargos de direcção intermédia de 3.º grau; -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

---- b) Aprovar a alteração da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Salvaterra de Magos; -----

---- c) Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Salvaterra de Magos para o ano 2018; -----

Ponto trinta - Designação do Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada da CDU, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro) e 3 abstenções da bancada do BE, aprovar a designação de Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda, representada por João António Carvalho Careca, ROC, tendo como ROC suplente Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins, para Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A., para o mandato de 2017-2021. -----

Ponto trinta e um - Regimento da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos – Mandato 2017-2021 - Para deliberação -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Foi feita a proposta que entretanto ficou inviabilizada, mas que aparentemente o PS está disponível para a analisar as consequências jurídicas da audição ou não desta Assembleia, parece-me prudente que o regimento possa vir a integrar essa alteração, se essa mesma ocorrer, portanto eu não sei o que é que o senhor Presidente quer dizer em relação a isso.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu acho que devemos aprovar este regimento e se fizer sentido ser alterado, será alterado. Eu sobre esta matéria acho que ela tem de ser bem vista, são duas matérias distintas, uma coisa é um órgão de comunicação social estar aqui e autorizarmos a que ele faça a intervenção em directo, outra coisa é a Assembleia ter a disponibilidade de publicar ou gravar. Estas matérias se forem para efeitos públicos à sempre aqui um conflito que tem de ser ponderado pelos juristas, que é o conflito se for considerado um direito das pessoas aqui, já que a lei diz que a sua presença



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

aqui não permite a sua publicitação para fora. Podemos estar perante um caso, e eu não sou jurista, de uma simples pessoa ao não concordar que inviabilize a situação, e portanto isto tem de ser bem visto, ou seja, porque não é as regras da maioria. Por outro lado, isto também tem outros efeitos não é, um dos efeitos é que normalmente há uma gravação desta própria reunião, apenas para efeitos de elaboração da acta, mas a acta tem de ser aprovada, e portanto temos de ver bem as implicações disto não é? Podemos ter em vez da acta, e se calhar, será o futuro que é a cassete de áudio e vídeo a ser gravada. Também isto tem uma terceira implicação, que é o nível de liberdade que há, e de contenção das pessoas, quando estão a intervir, sendo gravado e não sendo gravado. Eu chamo apenas a atenção, que o Código do Procedimento administrativo, diz que: deve haver actas que façam a descrição sintética do funcionamento dos diversos órgãos que são sujeitos a abertura do público, e portanto eu acho, que é um dos casos que se deveria pedir à Associação Nacional de Municípios, porque esta tensão deve de haver em vários lados, o que eu vou solicitar é à Associação Nacional de Municípios que no fundo diga o que é que a jurisprudência diz sobre estes aspectos, se há jurisprudência ou então a reflexão dele, portanto o que eu proponho é que enquanto não há, existe este, portanto se concordarem com esta posição.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Eu gostava de sugerir uma alteração, dentro do mesmo âmbito de incluir as pessoas, e trazê-las à participação, o artigo 35.º que fala do período de intervenção do público e eu dou-vos o exemplo de hoje, é 24:42 horas e não será a hora mais propícia a que exista participação, ou nem toda a gente estará disposta a estar aqui a esta hora para fazer a sua intervenção. E a minha proposta era muito simples, ou seja, ao passo que diz aqui no artigo 35 “terminada a ordem do dia”, para que as intervenções do público tivessem espaço antes da ordem do dia, ou seja, entre o espaço dos pontos antes da ordem do dia e a respectiva ordem do dia, estamos a falar de um horário mais simpático, talvez entre as 21:30 e as 22 horas, que podia facilitar a participação das pessoas na política local. Deixava essa sugestão, porque realmente hoje é uma da manhã.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu relativamente a esta proposta à duas formas, ou ela é votada agora ou então passa-se para a



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

próxima Assembleia para ser, porque há duas fases sobre isto também não é? Ou seja uma coisa é um período antes da ordem do dia para quem não é membro da Assembleia querer vir fazer uma discussão, outra coisa é quem vem assistir a uma sessão e participa na sessão e no fim da sessão houve os comentários e vai fazer uma pergunta. São duas disposições, para além de eu crer que está na lei que é no fim, mas há este problema. Uma coisa é vir aqui uma pessoa que quer por um problema, ou outro e tem de ir para casa, outra coisa é digamos uma discussão política que é feita antes e depois, eles que estejam até às duas ou três da manhã, ou seja, quem está interessado ouve toda a ordem, e depois da ordem manifesta-se sobre a ordem não é, vem aqui e vai embora, porque isso não é participar, há uma Assembleia, a Assembleia tem os pontos e ele chega aqui faz a intervenção e vai embora. O que a lei apenas permite é que seja feita uma pergunta, não se entre em discussão e basta assistir às perguntas que tem havido nesta Assembleia que não se inserem nessa categoria, basta ver as últimas Assembleias aqui, as perguntas que são feitas, não se inserem nessa categoria de pessoas, isto é a minha posição pessoal, a norma estatística de quem vem cá fazer essa pergunta ou quem tem feito essas perguntas, não corresponde à tipificação que fez. Eu estou a dizer que essas pessoas o devem ser colocadas no final, porque estamos todos aqui a esta hora, eu vim não sei de onde, e amanhã vou não sei onde, e agora estou aqui e o que eu estou a dizer é que basta perguntar, porque nunca veio cá, mas se tivesse vindo cá acompanhar as sessões, mas pode perguntar à sua colega do lado quem é que fez as intervenções, para a gente tipificar o problema, você do ponto de vista estatístico tem amostras e a amostra é composta do ponto de vista estatístico por indivíduos e você constrói a amostra com os indivíduos que cá tiveram.” -----

--- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada da CDU, 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG) e 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro) e 3 abstenções da bancada do BE, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, para o mandato 2017-2021. -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Ponto trinta e dois - Eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Para deliberação -----

---- Foram apresentadas duas listas assim designadas: -----

---- Lista A – Efectivos: Francisco Madelino; Nuno Mário Antão; Telma Simões; Carlos Fatia Teso; Suplente: Susana Nunes. -----

---- Lista B – Efectivos: Nuno Miguel Ferreira Monteiro; João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva; Marta Lídia dos Santos Casimiro Jorge; Carlos Manuel da Silva. -----

---- Foram eleitos por escrutínio secreto (Lista A – 20 votos, Lista B – 2 votos e 3 abstenções) os seguintes Deputados Municipais para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Efectivos - Francisco Madelino, Nuno Mário Antão, Telma Simões e Carlos Fatia Teso; Suplente - Susana Nunes. -----

Ponto trinta e três - Eleição do representante e suplente do Município de Salvaterra de Magos para o Conselho da Comunidade do ACES da Lezíria - Para deliberação -----

---- Foram eleitos por escrutínio secreto (18 votos a favor, 6 votos em branco e 1 voto contra) os seguintes representantes para o Conselho da Comunidade do ACES da Lezíria: Efectivo - Cláudia Mesquita e Suplente - António Mendes Vieira. -----

Ponto trinta e quatro - Eleição do representante e suplente das freguesias do Município na Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Para deliberação --

---- Foram eleitos por escrutínio secreto (17 votos a favor, 6 votos em branco e 2 votos contra) os seguintes representantes na Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: Efectivo – Manuel Bolieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra e Suplente - Joaquim Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Marinhais. -----

Ponto trinta e cinco - Eleição do representante e suplente das freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal - Para deliberação -----

---- Foram eleitos por escrutínio secreto (17 votos a favor, 7 votos em branco e 1 voto contra)



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

os seguintes representantes no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal:
Efectivo - Joaquim Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas e Suplente –
Manuel Bolieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos e Foros de
Salvaterra. -----

Ponto trinta e seis - Nomeação de cidadãos eleitores para representação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Salvaterra de Magos - Para deliberação

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: Eu solicito que seja retirado o ponto 36, já que a interpretação jurídica é que as pessoas que foram eleitas pela anterior Assembleia Municipal, o seu mandato é o mandato que está na lei da comissão que é por 3 anos e não caduca com o mandato da Assembleia, portanto foram nomeados para um órgão que o mandato tem 3 anos, ou seja até Abril mantém-se em funções, logo em Abril a Assembleia tem de escolher novos membros, sendo assim proponho a retirada deste ponto 36.” -----

---- O presente ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

Ponto trinta e sete - XXIII Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar no dia 09/12/2017 em Portimão – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Substituto -----

---- Foram eleitos por escrutínio secreto (19 votos a favor, 6 votos em branco e 1 voto contra) os seguintes representantes no XXIII Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar no dia 09/12/2017 em Portimão: Efectivo - Rui Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Muge e Suplente - Manuel Bolieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra. -----

---- Período de Intervenção Aberto ao Público. -----

---- Encerrada a ordem de trabalhos o senhor Presidente deu a palavra ao público presente. ----

---- Interveio a munícipe Isabel Coelho dizendo o seguinte: “ Boa noite a todos, senhor Presidente da mesa Dr. Francisco Madelino, senhor Presidente da Câmara, senhor Hélder



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Esménio, senhores Deputados municipais aqui presentes, senhores Vereadores, antes da minha intervenção situá-la, atendendo a que o CDS/PP não tem Vereador e os dois Deputados municipais aqui presentes são independentes, venho aqui enquanto Presidente da Concelhia do CDS/PP dar algumas notas. A primeira diz respeito, ao posto da GNR de Salvaterra de Magos, que foi uma pergunta que o CDS de Salvaterra de Magos fez chegar à nossa Deputada engenheira Patrícia Fonseca, já no ano de 2016, e que a senhora ex ministra da Administração Interna respondeu afirmativamente que havia cabimento orçamental em 2017, para a realização do posto da GNR de Salvaterra de Magos. Acontece que estamos no ano de 2017 e o CDS/PP de Salvaterra de Magos, solicitou à senhora Deputada deste mesmo partido que pergunta-se ao actual ministro da Administração Interna, porque é que não havia cumprido com a palavra que o seu Ministério havia dado nesta matéria. Ora, numa resposta que o senhor Ministro da Administração Interna do Governo, deu findos 86 minutos de resposta, que foi quase um exercício de paciência, mas nós somos pessoas pacientes e resistentes, e ao fim de 86 minutos de resposta que podem consultar na internet, o senhor Ministro da Administração Interna do Governo PS disse, que a empreitada estava em lançamento, portanto deixo aqui esta nota à Assembleia Municipal que presumo que a empreitada em lançamento queira dizer que daqui por um meses, tenhamos algum concurso aberto. É algo que o CDS quer ver feito, até porque houve uma documentação que saiu do gabinete da ex-Ministra da Administração Interna, a dizer justamente que havia cabimento orçamental e que eu fiz chegar, não a esta Assembleia Municipal mas à anterior, e ao senhor Comandante do Posto Territorial de Salvaterra de Magos. O segundo assunto, prende-se com o facto de nós, CDS/PP de Salvaterra de Magos, no âmbito do orçamento participativo, já de 2017 termos colocado estas questões sobre a Barragem de Salvaterra de Magos, tipificado no plano de salvaguarda e ordenamento da Albufeira de Magos 2007, e da necessidade urgente desta Barragem e do desassoreamento da vala, da dragagem da Marina de Salvaterra de Magos, que até estava prevista na resolução do Conselho de Ministros n.º 168/2008. A APA e a Secretaria de Estado do Ambiente já tinham conhecimento da gravidade desta situação, e para nós CDS/PP que defendemos que o Tejo deve manter a sua sustentabilidade económica, que decorra da pesca e dos sistemas de regadio anexados à componente agrícola, sendo que não podemos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

menosprezar a aposta dos vários agentes económicos no turismo de natureza, e ecoturismo e que até podem ficar a dormir no nosso Concelho, por exemplo, na Casa do Maçapez, na Casa do Falcoeiro, no Hotel da Quinta do Escaroupim, na GuestHouse da Estrada da Lagoa e nas várias casas que os vários empresários do arrendamento tem, e que em última instância o Tejo se torna numa mais valia cultural para todos, os que passeiam, portanto, julgamos ser um imperativo que o Concelho de Salvaterra de Magos, valoriza e dinamiza nas suas zonas ribeirinhas e espaços envolventes, a sua vertente natural, patrimonial, cultural e económica, porque preservarmos as nossas zonas ribeirinhas no nosso Concelho, é preservar a nossa cultura, neste caso a cultura avieira, porque só assim nos autopreservamos e por conseguinte preservamos as gerações vindouras. Ora, a nossa Deputada fez chegar justamente isto ao senhor Ministro do Ambiente, que disse e mandei a esta Assembleia quer a pergunta, portanto o vídeo quer da nossa Deputada a fazer a pergunta, quer do senhor Ministro do Ambiente, a dizer que sim senhor haveria cabimento orçamental no orçamento de Estado de 2018, sei que foi dito por um Vereador numa reunião de Câmara, que já havia cabimento orçamental, mas deixo aqui a nota que o trabalho de casa foi efectivamente do CDS, e que a pergunta foi feita pela engenheira Patrícia Fonseca, da mesma maneira que foi o CDS que levou à Assembleia da República através de notas que o CDS de Salvaterra de Magos, foi mandando na pessoa da senhora Deputada Patrícia Fonseca, no dia 20 de Outubro de 2017 o projecto de resolução n.º1093 em que finalmente os médicos acupuntores, podem ter acesso às cédulas profissionais. Para nós CDS, não nos interessa o credo daqueles que são empresários, não nos interessa a religião, o partido, o clube de futebol, interessa-nos gerir e ajudar todos aqueles que são empresários do nosso Concelho, quer sejam nossos militantes ou não, ou comunguem doutra ideologia, estamos cá para ajudar no sentido construtivo. Senhor Engenheiro Hélder Esménio trago-lhe uma nota, eu sei que gosta muito de passeios e que o CDS às vezes o chateia muito com passeios, porque uma educadora de infância da escola fez-me chegar a nota, que o passeio quando se vem do Bairro da Chesal para o Parque Infantil daquela rua de sentido único, tem imensos buracos e as mães com os carrinhos, os meninos vão sempre a trambalcar nos carrinhos, e os garotos como são pequeninos os pezinhos tem tendência a cair, para não falar das poças de água, portanto deixo-lhe a nota para olhar para esse passeio



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

com algum cuidado. E já agora, não querendo ser chata, quando vamos aqui aos lavabos, nesta Assembleia Municipal, a luz não está acesa, as senhoras precisam de ir à casa de banho com mais frequência e as luzes estão apagadas, portanto para não irmos com as luzes dos telemóveis, na próxima Assembleia Municipal mandem acender as luzes, se for possível.” -----

--- Interveio o munícipe Ângelo Silva dizendo o seguinte: “ Boa noite a todos, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, público presente pouco. A minha intervenção baseia-se essencialmente em dois planos, um plano do caris como estas assembleias são divulgadas e dirigidas e um plano que é um apelo à autarquia, aos Presidentes das Freguesias e Uniões de Freguesia, mas que vou passar a descrever.” -----

--- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu vou já lhe fazer um reparo, e isto é um exemplo do que eu estava a dizer, vamos ter três intervenções de pessoas políticas, o senhor faz perguntas sobre a Assembleia e não interpela, porque senão eu corto-lhe a palavra, é o que está na lei, faz perguntas e não vai interpelar sobre questões do funcionamento da Câmara Municipal, não me interpela a mim.” -----

--- Interveio o munícipe Ângelo Silva dizendo o seguinte: “Não posso interpolá-lo? Mas posso perguntar?” -----

--- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não me pode fazer perguntas sobre o funcionamento da Assembleia, mas sobre questões que se põem sobre o Município, já há bocado teve uma intervenção que não respeitou a Assembleia, portanto se fizer uma pergunta sobre a questão da Câmara Municipal fala “A”, se começar a fazer aquilo que eu já prespectivo que vai fazer, isto é qualquer análise do meu comportamento na Assembleia, eu retiro-lhe a palavra.” -----

--- Interveio novamente o munícipe Ângelo Silva dizendo o seguinte: “Obrigado pelo seu sentido democrático.” -----

--- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não é o mesmo sentido democrático quando em certo tipo de redes sociais, são feitas minhas acusações de índole social e moral, e o senhor põe lá um like, é a mesma coisa, é um bocadinho moralmente superior, está a entender? Não me interpela, faça uma pergunta sobre o funcionamento da



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

Câmara Municipal se quiser.” -----

---- Interveio novamente o munícipe Ângelo Silva dizendo o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, senhores Presidentes da Junta, vou passar ao ponto número dois da minha intervenção que é o seguinte. Em relação à situação que estamos a passar de falta de água no país e acima de tudo porque a nossa zona, apesar do lençol freático ter um bom caudal começa a ser preocupante, gostava de apelar à atenção dos gastos de água que nomeadamente, com as regas nocturnas que por vezes se vem e também as regas diurnas, e os jardineiros com uma mangueira com um caudal superior a uma polegada e estão ali horas e horas a regar, se calhar para fazer um bom racionamento dessa dita água, porque acho que é um bem que está a escassear, e que temos de estar preocupados com isso. Em relação à minha primeira intervenção, gostava também senhor Presidente da Câmara de apelar ao seu bom senso, e ao seu sentido democrático, pela forma como os seus munícipes que o elegeram e que não o elegeram, mas que são representados por si, se vem tratados nesta ditas assembleias.” -----

---- Interveio o munícipe Hugo Rosário dizendo o seguinte: “Boa noite senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores e senhores Deputados, queria perguntar ao senhor Presidente de Câmara, se igualmente da mesma forma que o senhor Presidente da Assembleia, utiliza também uma bitola para assim avaliar o nível dos seus munícipes, visto que aqui nesta Assembleia o senhor Presidente da Assembleia avalia os munícipes pelas suas intervenções, queria saber se a Câmara e a Assembleia, utiliza a mesma bitola, se existe essa bitola, como é que avaliam o nível de capacidade e distinguem os munícipes uns dos outros. Eu nesta Assembleia é a segunda vez que me sinto ofendido, e muito sinceramente, espero que não aconteça a terceira vez, é que espero mesmo muito sinceramente, que não aconteça a terceira vez, porque eu respeito todas as pessoas, os meus pais deram-me educação, e é a segunda vez que me sinto ofendido, à terceira vez não o vou permitir nem o admito, seja a quem for, à pessoas que vivem para a politica e à pessoas que vivem da politica. Eu estou aqui como munícipe e nunca ganhei um cêntimo da politica, não vivo da politica nem faço jogos políticos, nem ando aos saltos de partido em partido, à procura de tacho para chegar sabe-se onde, talvez a Presidente da INATEL etc. Digo-lhe muito sinceramente, como munícipe e como



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

homem, não experimente ofender-me a terceira vez, não me ponha à prova, é um favor muito sincero que eu lhe estou a pedir.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Em relação à líder do CDS a Isabel, dizer o seguinte, agradecer para já os esforços que o CDS fez de pôr na agenda do parlamento as questões de Salvaterra de Magos que referiu, da GNR, da Barragem de Magos, da Vala Real e da Marina, já agora na próxima vez não se esqueçam também da Ponte D. Amélia. Dizer-lhe que de facto a APA e o Ministério do Ambiente, tem conhecimento das questões que colocou da dragagem da Barragem, do desassoreamento da Vala e da Marina, porque cada vez que nós encontramos, ou neste caso em particular o Presidente da Câmara, encontra o Presidente da APA ou o vice Presidente ou o Secretário de Estado do Ambiente ou o Ministro do Ambiente, é evidente que eles levam sempre com esta dose, porque no que diz respeito à Barragem não estão a cumprir, já há muitos anos que não se cumpre, com o plano de salvaguarda da Barragem e com a dragagem da Barragem. No que diz respeito à Vala e Marina, os sinais de assoreamento são tão evidentes, há o compromisso verbal e vale o que vale, da Presidente da APA de uma das vezes que esteve em Salvaterra, que a seguir a uns problemas que estava a resolver, e sinceramente não me recordo agora onde, haveria de chegar à Vala de Salvaterra de Magos, e também havia a possibilidade de poder candidatar através de fundos comunitários, e poder eventualmente intervir nestas linhas de água de interior diria assim, da mesma forma que por via dos fundos comunitários das alterações climáticas estamos a ver se conseguimos aprovar a tal candidatura para o dique do Escaroupim, portanto agradecer-lhe essa intervenção. Com um sorriso nos lábios agradecia-lhe a resposta que deu à Deputada Flávia, quanto às dormidas no Concelho, que foi uma resposta que eu não dei, portanto de facto há vários locais onde se pode dormir no Concelho, não à obviamente uma unidade hoteleira como todos gostaríamos de ter, mas seguramente, pouco a pouco, se vai fazendo o caminho e à esses locais todos que indicou, onde é possível descansar. Em relação ao passeio também e porque estamos na hora avançada e os senhores Deputados são mais tolerantes, eu se calhar primeiro tenho de pedir autorização ao seu pai, para me deixar arranjar o passeio, porque eu na outra vez arranjei o passeio do outro lado da escola e ele chamou-me à atenção durante um ano inteiro, e portanto eu primeiro vou falar com



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

o seu pai e depois pensaremos em arranjar esse passeio, tirando a ironia é objectivo politico nosso arranjar os passeios para a Chesal, quer esse mais largo quer mesmo o outro onde nós construímos um lancil do outro lado da vedação, para criar também uma zona de acesso pedonal mais condigna à Chesal. Em relação à questão da seca, nós fizemos essa contenção gradual, ou seja, à medida de que, e eu também por vezes noto algum descontrolo na rega nocturna em alguns locais, e o descontrolo resulta também um bocado de facto à noite não termos o jardineiro a passar pelos locais, e portanto, também não se apercebe bem e aquilo também está automatizado e tem determinados x minutos, mas enfim temos a noção, reduzimos muito, já só regávamos há alguns dias atrás uma vez por semana, e agora obviamente, que esperamos que não seja preciso mais, reduzimos também muito o tempo das regas, temos essa sensibilidade, também não tenho a noção da seca na Lezíria como disse à bocado, porque só amanhã é que vamos ter a reunião com a Directora Regional da Agricultura, para ver até que nível é que a seca afectou a Lezíria do Tejo. Quanto ao tratar bem, julgo que trato bem toda a gente, por vezes também posso exagerar em algum comentário, mas acho que no essencial trato correctamente as pessoas. Em relação à outra intervenção do Hugo do Rosário, dizer-lhe apenas que como sabe são órgãos eleitos directamente, seja a Câmara seja a Assembleia Municipal seja os senhores Presidentes de Junta, e portanto o senhor Presidente de Câmara vai tentar manter sempre a mesma correção que é não comentar em reuniões de Câmara a actividade de cada uma das Juntas de Freguesia, mesmo que seja arrastado para esse debate, disse sempre isso durante quatro anos aos Vereadores da Câmara, dei sempre esta resposta, não comento e também não comento questões da Assembleia Municipal, a não ser que digam respeito directamente e intrinsecamente a mim próprio, ou à Câmara Municipal, e portanto, também não vejo que haja, também, sinceramente, não percecionei a forma agressiva, como possa ter lido alguma coisa que aqui se passou, mas percebo que toda a gente tem direito à indignação. Acho que o maior indignado daqui deveria ser eu, mas enfim, até por alguns comentários de alguns de vós, mas eu mantenho a minha tranquilidade. Vou continuar a tentar tratar bem toda a gente e todos os munícipes naturalmente.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu entretanto só antes de passar, dizer que peço à Assembleia na próxima análise das alterações do



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 29/11/2017

ACTA N.º 2

regimento, e à bocado o Nuno perguntava, tem precisamente a ver com isto, ou seja as intervenções que são feitas para o público ou para pessoas, que já tem intervenção política, o que diz claramente a lei é que as pessoas devem fazer perguntas sobre o funcionamento e não estar a repor um debate político, é o que diz a lei, e portanto, era sobre essa matéria que eu estava a dizer. Relativamente ao que disse o senhor Hugo do Rosário, eu como deve perceber eu tenho apenas só um comentário, o Presidente da Assembleia não está sujeito a qualquer tipo de ameaças, à uma coisa que eu lhe peço desculpa a si, e vou-lhe pedir desculpa, é que eu subentendi que o engenheiro Hélder tinha sido ofendido e até tive uma troca de impressões numa Assembleia Municipais, mas eu peço-lhe desculpa, entendi mesmo mal, você não ofendeu o engenheiro Hélder, ele não se sentiu ofendido e eu fiz uma intervenção extemporânea, peço-lhe desculpa.” -----

---- No final da sessão procedeu-se à leitura da minuta da acta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Encerramento da Reunião. -----

---- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era 01:47 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, _____

O 1.º Secretário _____

O 2.º Secretário _____